

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – MPE**

MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO QUE MOVIMENTA: REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO AO
RACISMO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO A PARTIR DA CAMINHADA PELA
LIBERDADE RELIGIOSA, JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ**

CRATO – CEARÁ

2022

MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO QUE MOVIMENTA: REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO AO
RACISMO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO A PARTIR DA CAMINHADA PELA
LIBERDADE RELIGIOSA, JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ**

Dissertação apresentada como requisito para
conclusão do Mestrado Profissional em Educação
– MPE, Universidade Regional do Cariri – URCA.

Orientadora: Cícera Nunes

CRATO – CE

2022

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA
Bibliotecária: Ana Paula Saraiva de Sousa CRB 3/1000

Almeida, Maria Imaculada Silva de.

A447e Educação que movimenta: reflexões sobre o enfrentamento ao racismo religioso na educação a partir da caminhada pela liberdade religiosa, Juazeiro do Norte – Ceará / Maria Imaculada Silva de Almeida. – Crato-CE, 2022
89p.

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA

Orientadora: Prof.^a Dra. Cícera Nunes

1. Educação, 2. Racismo religioso, 3. Movimento social;

I. Título.

CDD: 370

MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO QUE MOVIMENTA: REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO AO
RACISMO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO A PARTIR DA CAMINHADA PELA
LIBERDADE RELIGIOSA, JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ**

Dissertação apresentada como requisito
para conclusão do Mestrado Profissional em
Educação – MPE, Universidade Regional do
Cariri – URCA.

Aprovado em: 12/ 01/ 2022

Banca Examinadora:



Dra. Cicera Nunes

Orientadora – Universidade Regional do Cariri



Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz

Examinadora interna – Universidade Regional do Cariri



Dr. Thiago de Abreu e Lima Florêncio

Examinador externo – Universidade Regional do Cariri



Dra. Kássia Mota de Sousa

Examinadora externa – Universidade Federal de Campina Grande

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e pela clareza no caminho. Ao Mestre Irineu, pelo amor e dedicação a essa rainha.

Agradeço a força espiritual do povo de terreiro, pois essa pesquisa só foi possível porque a espiritualidade permitiu.

Agradeço imensamente a Mãe Maria, Doné Herlania, Valéria Carvalho e Diego Cesar pela cooperação nessa pesquisa através da concessão de entrevistas. Não me refiro a eles (as) como colaboradores (as), pois colaboradora sou eu, eles (as) são os (as) protagonistas, o meu encargo foi apenas de redigir esse texto e fazer a cartilha, dando uma pequena contribuição para um mundo melhor, mas os passos deles (as) vêm de longe.

Ao apoio da minha família nessa trajetória de vida e do mestrado. Minha querida mãe Maria Goretti e ao meu querido pai José Flávio.

Ao auxílio de amigos (as) que me ajudaram com uma palavra de fortalecimento, lendo meus textos, indicando referências de leitura, fazendo transcrição de entrevistas, traduzindo o resumo e me ajudando no que fosse necessário. Muito agradecida, Beatriz Araújo, Marianne Meylla, Augusto Nobre, Cláudia Rejane, Ivaneide Severo e Zuleide Queiroz.

Ao meu amigo e irmão do coração, André Castillo, pela paciência, disponibilidade para auxiliar na confecção do produto educacional e o amor nessa estrada.

Ao professor Fábio José pela leitura, paciência e disponibilidade para organizar meu projeto inicial que foi submetido para seleção desse mestrado.

À professora Cícera Nunes, pela dedicação, auxílio, paciência, fortalecimento e disponibilidade nessa trajetória do mestrado.

À banca examinadora, pela disponibilidade para auxiliar no fechamento desse processo.

Sou filho, sou filho
Sou filho do poder
A minha Mãe me trouxe aqui
Quem quiser venha aprender
Vou seguindo, vou seguindo
Os passos que Deus me dá
A minha memória divina
Eu tenho que apresentar
(Mestre Irineu)

RESUMO

Esta dissertação apresenta o resultado de uma pesquisa que procurou tratar acerca da Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – CE) como potência pedagógica no combate ao racismo religioso. A Caminhada pela Liberdade Religiosa é um movimento social dos povos de terreiro da região do Cariri cearense que ocorre em formato de – como o próprio título sugere – caminhada, acontecendo anualmente no dia 21 de janeiro desde o ano de 2010 na Rua São Pedro, principal rua da cidade de Juazeiro do Norte – Ceará. Com abordagem da pesquisa qualitativa, de natureza de pesquisa básica e caracterizando-se como um Estudo de Caso, a metodologia utilizada nesse trabalho foi a História Oral. Colheu-se informações sobre a temática proposta a partir de entrevistas semiestruturadas com quatro pessoas que compuseram ou ainda compõem a coordenação do movimento social citado. Para análise, utilizamos as perspectivas dos (as) autores (as): Kabengele Munanga (2003, 2005-2006, 2015) discutindo acerca do debate racial, Sílvia Almeida (2018) labutando a questão do racismo estrutural, Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017), Denise Botelho (sem data) e Wanderson Flor do Nascimento (sem data, 2015, 2017) dialogando sobre racismo religioso, Reginaldo Ferreira Domingos (2011, 2015), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007) e Paulo Freire (2002, 2020) abordando sobre educação e Reginaldo Ferreira Domingos (2011, 2015) falando sobre movimento social. Além desse texto dissertativo, também apresentamos um produto educacional que caracteriza-se como uma cartilha pedagógica. Essa cartilha visou abordar o combate ao racismo religioso no âmbito da educação. Visualizamos, portanto, que a Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – Ceará) mostra-se como importante ferramenta educacional no combate ao racismo religioso na localidade caririense do Ceará.

Palavras-chave: Educação. Racismo religioso. Movimento social.

ABSTRACT

This dissertation presents the result of a research that sought to deal with the Walk for Religious Freedom (Juazeiro do Norte - CE) as a pedagogical power in the fight against religious racism. The Walk for Religious Freedom is a social movement of the terreiro people of the Region of Cariri - Ceará that takes place in the format of - as the title suggests - walk, happening annually on January 21, since the year 2010 in Rua São Pedro, main street of the city of Juazeiro do Norte - Ceará. With a qualitative research approach, in a basic research nature and characterizing itself as a Case Study, the methodology used in this work was achieved through Oral History. Also, the information was collected on the proposed theme from semi-structured interviews with four people who composed or even composed the coordination of the social movement mentioned. For analysis, we used the perspectives of the authors: Kabengele Munanga (2003, 2005-2006, 2015) discussing the racial debate, Sílvio Almeida (2018) toiling the issue of structural racism, Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017), Denise Botelho (no date) and Wanderson Flor do Nascimento (no date, 2015, 2017) dialoguing on religious racism, Reginaldo Ferreira Domingos (2011, 2015), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007) and Paulo Freire (2002, 2020) addressing education and Reginaldo Ferreira Domingos (2011, 2015) talking about social movement. In addition to this dissertation, we also present an educational product that is characterized as a pedagogical booklet. This booklet is aimed to address the fight against religious racism in the field of education. We see, therefore, that the Walk for Religious Freedom (Juazeiro do Norte - Ceará) is an important educational tool in the fight against religious racism in the locality of the Cariri Cearense.

Keywords: Education. Religious racism. Social movement.

Sumário

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO II – METODOLOGIA E MÉTODO	15
CAPÍTULO III – DEBATE TEÓRICO: EDUCAÇÃO, RAÇA, RACISMO ESTRUTURAL, RACISMO RELIGIOSO E MOVIMENTO SOCIAL.....	25
CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CAMINHADA PELA LIBERDADE RELIGIOSA, JUAZEIRO DO NORTE – CE.....	32
PARA NÃO FINALIZAR, POIS O MUNDO CONTINUA	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	81
APÊNDICE A	82
APÊNDICE B	83
APÊNDICE C	86
ANEXO	87

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma caminhada. Estamos trilhando essa caminhada desde o ano 2019 ao adentrar ao mestrado em educação da URCA (Universidade Regional do Cariri) e estamos encerrando-a, por ora, nesse texto. Não temos a pretensão de esgotar o tema, mas – de alguma forma – contribuir através da educação para um mundo sem violências e sem discriminações, que possamos enxergar com os olhos do coração. Compreendemos, portanto, que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 31).

O que nos movimenta cotidianamente é a compreensão de que é possível um mundo melhor. O destino é o aqui e agora, como nos fala Muniz Sodré¹. Ele também nos diz que o mundo é como é. Portanto, aqui e agora, labutando com as ferramentas que temos, entregamos esse texto que, para além das palavras, toma forma e se movimenta.

E, para contextualizar, trazemos um pouco do espiral do tempo... Quando adentrei, no ano de 2013, o curso de licenciatura em História da URCA (Universidade Regional do Cariri), foi uma oportunidade para aguçar o olhar sobre como as relações sociais, econômicas e educacionais se movimentam nesse país. Na oportunidade, conheci o Núcleo de Estudos em Gênero e Relações Étnico-Racial – NEGRER, coordenado pela professora Cícera Nunes, na Universidade Regional do Cariri – URCA. Esse núcleo de estudos é vinculado ao Departamento de Educação da URCA e tem como finalidade a discussão teórica das questões raciais, traçando no interior da universidade o combate ao racismo. Esse encontro com o grupo de estudo ocorreu a partir da nossa militância dentro da universidade.

Esse contato com o grupo de estudo alçou pesquisas a partir do segundo semestre em História com vínculo à temática racial. Ainda que minha formação acadêmica seja na área de História, não me limitei a estar apenas nessa área, portanto tentei acompanhar as discussões científicas em outras áreas de conhecimento, como foi o caso da Pedagogia, Ciências Sociais, Geografia e Economia. Ki Zerbo (2010) nos enuncia da importância da interdisciplinaridade para tratar acerca do continente africano, e diversos povos africanos foram trazidos para esse país, portanto essa herança é viva nessa localidade. Dessa forma, é crucial compreender de diversos aspectos para trabalhar com temas que tenham relação com as africanidades. Uma

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=3KWTRHRT0gl&t=2704s>

vez que visualizo que não é possível trabalhar uma só questão dentro desse campo de conhecimento tentando compreender só um aspecto, mas tudo se entrelaça. Atrelada a militância diária, transitei junto as leituras nessas diversas áreas de conhecimento com a finalidade de ter melhor compreensão acerca das questões que trazia para discussão nas pesquisas.

Nesse sentido, estando constantemente trabalhando com questões no campo do ensino e educação, pautando a demanda de gênero e raça, labutando com os temas de forma teórica e atrelando ao movimento social, no ano de 2015 estive presente a primeira vez na Caminhada pela Liberdade Religiosa. Foi emocionante e revigorante ver o povo de terreiro organizado e lutando para garantir que o seu povo tenha os direitos garantidos.

Desde o ano de 2015, vou à Caminhada. E foi nesse movimento que senti o axé do povo de terreiro. Uma força que movimenta e traz a ancestralidade africana em cada candomblecista, umbandista e outras religiões que são de base africana.

Culminando com os estudos acerca da temática racial e a participação nas Caminhadas, é possível perceber que esse movimento possui uma forma de fazer educação. Assim, trilhamos o caminho de certificar através de uma pesquisa o que já era possível perceber nas Caminhadas. Isto posto, estamos apresentando nesta dissertação os resultados desse trabalho.

Nesse seguimento, essa pesquisa surgiu com a compreensão de que todas as formas de vivenciar a própria espiritualidade devem ser respeitadas. Aqui trouxemos que é crucial o combate ao racismo religioso. Quando comecei a formular a ideia da pesquisa, o tema que solidificou foi sobre o combate às discriminações e violências que as pessoas sofrem quando não são católicas ou protestantes.

Na cidade de Juazeiro do Norte ocorre o movimento social que acontece anualmente desde 2010 e que na atualidade tem o título de Caminhada pela Liberdade Religiosa. Esse movimento social é organizado, como nos apresenta em entrevista Herlania Batista Galdino (entrevista concedida em outubro/2020), pelos terreiros de candomblé, umbanda e jurema da cidade, e tem como propósito combater as violências que sofrem as pessoas de religião de matriz afro-ameríndia.

As religiões de matriz africana trazem em sua potencialidade, como afirmam Denise Botelho e Wanderson Flor do Nascimento (sem data), a educação. Pois a educação dentro dos terreiros tem característica social e coletiva. Assim, essa educação foi levada para a rua São Pedro na cidade de Juazeiro do Norte anualmente

no dia 21 de janeiro (Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa) através da Caminhada pela Liberdade Religiosa, desde 2010.

Nessa ocasião, os terreiros mostram o axé do seu povo, mostrando, portanto, que a educação coletiva e social é um princípio das religiões de matriz africana. Nas Caminhadas, os terreiros educam os cidadãos e cidadãs da região do Cariri cearense a respeitarem os direitos dos povos de terreiro de manifestarem suas crenças de forma livre.

Nos terreiros as crianças vivenciam essas potencialidades educacionais, no entanto, como aponta Kássia Mota de Sousa (2010) em sua dissertação, a escola acaba sendo um espaço de propagação do racismo religioso. Nesse sentido, é imprescindível trazer para o campo educacional o combate ao racismo religioso.

Claudiene dos Santos Lima (2012) nos traz a reflexão de que o ensino religioso nas escolas não pode assumir uma faceta doutrinária. A autora expõe nesse texto que o Brasil assinou diversos documentos internacionais, comprometendo-se com esses. Nesses documentos são colocados que é direito de todas as pessoas a liberdade de religião. Nesse sentido, a autora direciona que a escola deve constituir-se como ferramenta para ampliar os conhecimentos dos (as) educandos (as), e não um espaço de difusão do poder hegemônico de um grupo sobre outro. Como nos fala Maria Isabel Galdino dos Santos em entrevista: “todos nós temos direito a nossa religião, eu matriz africana, você católica, evangélica, mas todos têm seu direito” (entrevista concedida em outubro/2020).

Por conseguinte, é essencial o estudo no campo acadêmico na área de educação no que concerne ao combate ao racismo religioso em toda sociedade brasileira. Nesse sentido, aliando o objetivo geral aos específicos, nessa pesquisa buscamos compreender que o campo educacional pode constituir-se como possibilidade para o avanço ao combate ao racismo religioso na sociedade brasileira.

Tivemos o objetivo – de modo geral – de investigar o potencial pedagógico da Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte, Ceará) no combate à violência do racismo religioso. E – de forma específica – fizemos a realização dessa pesquisa com a finalidade de análise desse movimento social no contexto da luta por direitos para as religiões de base afro-brasileira-ameríndias na região do Cariri cearense, investigação acerca da presença da educação no contexto do movimento religioso dos povos de terreiro do Cariri cearense e a produção de uma cartilha pedagógica que pauta o combate ao racismo religioso – produto educativo que essa

pesquisa contribuiu para o campo da educação, além desse texto dissertativo que traz reflexões e discussões que têm a intenção de avançar para uma sociedade que garanta os direitos do povo de terreiro. O produto educacional é uma das contribuições que o mestrado profissional em educação propicia para o campo da educação.

Porquanto, aqui, tivemos como objetivo estudar sobre o movimento social Caminhada pela Liberdade Religiosa como uma maneira de combater o racismo religioso na região do Cariri cearense. O movimento social Caminhada pela Liberdade Religiosa tem o marco inicial em 21 de janeiro de 2010. Surge a partir da inspiração da caminhada nacional contra a intolerância religiosa que ocorre no Rio de Janeiro. Nas entrevistas, os (as) entrevistados (as) nos relatam que a Caminhada foi fruto de uma caminhada.

Para a concretização dessa pesquisa, a nossa metodologia foi a História Oral, através de entrevistas semiestruturadas com os (as) pessoas que compõem ou já compuseram a coordenação do movimento social já citado. Com suporte nas entrevistas, aqui realizamos uma análise dessas a partir de autores (as) que são as principais bases conceituais desse texto, são eles (as): Kabengele Munanga (2003, 2005-2006, 2015) discutindo a noção racial, racismo estrutural com base em Sílvio Almeida (2018), racismo religioso com o auxílio de Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017), Denise Botelho (sem data) e Wanderson Flor do Nascimento (sem data, 2015, 2017), educação a luz das contribuições de Reginaldo Ferreira Domingos (2011, 2015), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007) e Paulo Freire (2002, 2020), movimento social com as contribuições de Reginaldo Ferreira Domingos (2011, 2015).

Nas páginas que seguem, teremos mais três capítulos. Nesse capítulo da introdução, buscamos trazer alguns aspectos de forma geral acerca da nossa pesquisa. O capítulo a seguir – 2º capítulo – se trata da metodologia, nele iremos trazer as ferramentas que utilizamos na nossa pesquisa e também os caminhos que traçamos, também apresentamos como nosso produto educacional foi moldado. O 3º capítulo dedicaremos à discussão teórica, nesse capítulo fizemos uma conversa entre os conceitos que são baliza para efetivação dessa pesquisa. A história da caminhada pela liberdade religiosa e a análise das entrevistas estará no 4º capítulo. E, ao final, algumas reflexões finais. Nos anexos apresentamos o Roteiro de Entrevistas e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Nos apêndices temos a aprovação do projeto pela Comissão de Ética da Universidade Regional do Cariri – URCA.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA E MÉTODO

A região do Cariri se localiza no sul do Ceará. O Ceará é um estado brasileiro composto de diversidade de cidades. Algumas cidades por estarem próximas umas das outras e manterem relações econômica, social e cultural, se unem e formam pequenas regiões dentro do estado. É o caso da Região Metropolitana, que se situa cerca de 600km com relação a duas metrópoles da Região do Nordeste, são elas: Fortaleza (CE) e Recife (PE). Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato são as principais cidades do Cariri que impulsionam a economia de toda a região, mantendo fortes relações sociais e econômicas.

As informações do parágrafo acima foram coletadas da Secretaria das Cidades, site do Governo do Estado do Ceará². Nesse mesmo site informa que essa região caririense é composta por nove municípios, são eles: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri, em resumo, a área dessa região é de 5.456,01km quadrados. Já a denominada Macrorregião do Cariri Centro Sul, como informa Domingos (2011), é composta por 41 cidades, que incluem essas já citadas e mais 32 cidades.

No contexto dessa pesquisa, pretendeu-se realizar a investigação com pessoas do Crato e Juazeiro do Norte. Essas duas cidades são os principais polos nas relações políticas e econômica que constitui a localidade, refletindo nas relações sociais. Das quatro pessoas entrevistadas, três delas residem na cidade de Juazeiro do Norte e uma delas mora no Crato. Valeria Gercina das Neves Carvalho (entrevista concedida em outubro/2020) nos conta que a primeira reunião, que vai desaguar na caminhada pela liberdade religiosa, ocorreu na cidade do Crato, na antiga sede do GRUNEC³. E a Caminhada ocorre, como já foi dito, na cidade de Juazeiro do Norte. Portanto, vemos que as duas cidades se entrelaçam nesse caminho.

Inicialmente, no ano de 2019, a proposta dessa pesquisa seria acompanhar a Caminhada pela Liberdade Religiosa do ano de 2020 e no momento que estivesse ocorrendo a Caminhada, coletar entrevistas com as pessoas que compõem a organização do movimento social, pessoas que participam como militantes e pessoas que apenas estão de passagem pelo centro da cidade de Juazeiro do Norte e se deparam com a Caminhada. Para o ano de 2020, a Caminhada estava prevista para

² <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>

³ Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. O GRUNEC é uma organização político-social que surgiu no ano de 2001 na cidade de Crato – Ceará. A finalidade do grupo é traçar uma luta social por direitos sociais para a população negra do Cariri cearense.

acontecer após fevereiro, como explica Herlania Batista Galdino, a causa da mudança da data era pelo motivo de o mês de janeiro ser um mês de férias e, assim, muitas pessoas não podiam estarem presentes. No entanto, no mês de março de 2020, iniciou a Pandemia do Covid-19, causando um isolamento social mundialmente. Todas as atividades presenciais de trabalho, educacional e de diversos âmbitos da sociedade foram suspensas, pois estávamos num alerta de saúde. Todos os países do mundo paralisaram suas atividades presenciais para conter a proliferação do vírus.

Assim, foram necessários ajustes no nosso projeto inicial, e esses ajustes foram sendo feitos até o fechamento da pesquisa, pois os caminhos eram incertos. A ideia da pesquisa estava fechada, mas como iríamos realiza-la, foi sendo feita de acordo com as condições que foram sendo apresentadas. Fomos nos reinventando para garantir a continuidade da pesquisa. Nesse sentido, a direção desse estudo que conseguimos labutar foi entrevistar quatro pessoas, duas delas são fundadoras e da organização da Caminhada pela Liberdade Religiosa, as outras duas pessoas são militantes do movimento negro e compuseram, inicialmente, a organização da Caminhada, no entanto hoje em dia não estão mais na organização. Entretanto, essas pessoas ainda fortalecem o movimento do povo de terreiro.

O motivo pelo qual levou-nos a entrevistar essas quatro pessoas foi pelo fato de que essas encabeçaram a Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – CE) desde a fase inicial. Ainda que duas delas não tenham permanecidas na organização, mas são importantes, pois ainda fortalecem o movimento e trazem uma memória viva desse caminho até hoje. Na cidade de Juazeiro do Norte temos as pessoas entrevistadas: Herlania Batista Galdino, Maria Isabel Galdino dos Santos e Diego Cesar dos Santos. Na cidade de Crato a entrevistada foi Valéria Gercina das Neves Carvalho.

Maria Isabel Galdino dos Santos é líder espiritual do terreiro Ilê Axé Omim Dandereci Mutalêgi, conhecida também como Mãe Maria. A entrevistada foi a pessoa que deu início ao movimento de se tentar fazer algo com relação ao combate ao racismo religioso na cidade de Juazeiro do Norte. Filha de Oxum, carrega no seu coração a sensibilidade de lutar por um mundo belo, e o mundo só floresce com a eliminação da violência.

Herlania Batista Galdino, filha de Oxum, atualmente é liderança da organização religiosa Candomblé Quilombaxé Kwê Cèja Omi Ypondá, carrega uma doçura em seu olhar e a bravura de lutar pelo que é certo. Está desde o início

pensando e organizando a Caminhada pela Liberdade Religiosa. No período que marca o início da Caminhada, a entrevistada era do terreiro Ilê Axé Omim Dandereci Mutalêgi.

Valéria Gercina das Neves Carvalho, mulher, preta e lutadora por um mundo melhor. Traz na sua fala a potência do seu coração, uma mulher solidária e sensível. Foi uma das fundadoras do GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri). Essa recebeu na garagem da sua casa (que na época era a sede do GRUNEC) todo povo de terreiro do Cariri para a primeira reunião do movimento social que desaguou na Caminhada pela Liberdade Religiosa.

Diego Cesar dos Santos, compôs o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) no período que deu início a formação do movimento religioso Caminhada pela Liberdade Religiosa. Trazendo, portanto, uma memória acesa em relação aos fatos daquele momento marcante, onde tudo começou.

Para a execução desse trabalho, tivemos como abordagem a pesquisa qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, Silveira e Córdova (2009) relatam que não há preocupação com a questão numérica, o que ocorre é uma investigação acerca de um determinado grupo social, organização, etc. Sendo uma pesquisa que se opõe ao tradicional modelo positivista. Para esse tipo de pesquisa, foi primordial a percepção sobre as dinâmicas nas relações sociais.

A natureza deste trabalho é a pesquisa básica, pois, aqui, “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 34).

Esse trabalho caracterizou-se como um Estudo de Caso. O Estudo de Caso se configura como uma pesquisa em relação a um grupo, uma instituição ou evento, procurando inteirar-se da complexidade do como e por que de um definido cenário, buscando nesse o que existe de mais relevante. Para este estudo, a intenção foi compreender uma determinada circunstância, averiguando as características dessa. Nesse tipo de pesquisa, não é intenção do pesquisador interferir no que está sendo pesquisado.

Existem duas formas de se trabalhar com o Estudo de Caso, segundo apontam Silveira e Córdova (2009), são elas: a perspectiva interpretativa, nessa busca-se entender as questões levantadas na pesquisa a partir da visão dos (as) participantes; e a perspectiva pragmática, essa pretende compreender o objeto da pesquisa a partir, somente, do olhar de quem está investigando.

Nesta pesquisa, a perspectiva interpretativa foi a direção que coincidiu com o que propomos. Pois, aqui, procurou-se compreender a questão principal dessa pesquisa a partir do olhar dos (as) participantes da Caminhada pela Liberdade Religiosa através de entrevistas.

Para iniciar a pesquisa, foram levantados materiais acerca das temáticas de religiões de matriz africana, racismo religioso, educação e movimento social. Essa etapa foi o levantamento bibliográfico.

Após o levantamento bibliográfico, a etapa seguinte foi a coleta de dados. O método que essa pesquisa adotou para coletar os dados foi a História Oral. Pois esse método nos possibilitou resgatar através das falas daqueles (as) que trazem a memória viva da África, expressão do Hampaté Bâ (2010), a trajetória que tem um dos pilares da cultura africana que é a resistência.

Apesar de que no âmbito acadêmico o método da História Oral gera diversas desconfiças acerca de questões ligadas a seguridade do documento oral, porque a ciência ainda é revestida da compreensão ocidental de que a fonte segura de pesquisa é o documento escrito. Segundo esses que defendem o documento escrito como a única fonte, há a compreensão de que na fonte escrita não há subjetividades.

No entanto, já se tem avançada a discussão de que o documento escrito também está revestido de intencionalidades, não é um documento neutro. A marca da cultura europeia é a escrita, considerando “pré-história” o período que veio antes da invenção da escrita.

Para as culturas ameríndias e africanas, os registros orais fazem parte do cotidiano. E, especificamente com relação às culturas africanas, a oralidade não se resume a fala, mas também a todo movimento que o corpo faz.

As palavras pronunciadas, nas comunidades tradicionais africanas, têm a dimensão de se relacionarem com a memória e a história. Como expressa Cícero Joaquim dos Santos (2015), a oralidade é a principal forma de transmissão de conhecimentos nas culturas africanas que “carregam nas subjetividades dos narradores importantes chaves de leituras sobre suas visões de mundo e interpretações acerca das temporalidades” (SANTOS, 2015, p. 63).

Segundo Ki Zerbo (2010), para cada circunstância um tipo de fonte irá ajustar-se adequadamente. Esse trabalho optou por esse método da História Oral a partir da compreensão acerca da importância da oralidade nas religiões de matriz africana. Aqui, objetivou-se investigar acerca da resistência das religiosidades de matriz

africana no Cariri cearense, portanto, “não é a ignorância da escrita, mas uma relação que vê nesta um papel secundário que caracteriza a oralidade que organiza essas comunidades (HAMPATÉ BÂ, 2010) e as suas projeções nas RMAs (Religiões de Matrizes Africanas)” (NASCIMENTO, 2015, p. 47).

J. Vansina (2010) direciona que o trabalho com a tradição oral é composto da fala que expressa não somente uma linguagem de comunicação corriqueira, mas que essa fala traz as potencialidades dos conhecimentos presentes nela. O autor nos traz algumas reflexões acerca do trabalho com a tradição oral, pois, como ele aponta, é essencial que essa labuta seja realizada de forma cuidadosa porquanto as falas trazem universos de sabedorias, e para analisá-las são necessárias cautela e dedicação.

Portanto, aquilo que é importante para uma sociedade ou grupo e que é transmitido oralmente pode constituir-se como tradição oral. No contexto dessa pesquisa, trouxemos relatos verbais que trazem nas potências das falas as histórias de um movimento religioso de matriz africana que acontece desde o ano de 2010.

Portanto, a História Oral – como aponta Samara Calixto Gomes (2016) – “se trata de um recurso para a construção de fontes e registros sobre a história em suas múltiplas dimensões, através de narrativas de quem a viveu” (GOMES, 2016, p. 47). A autora ainda traz informações acerca das diferenças entre História de Vida e História Oral, na primeira realiza-se uma biografia de uma determinada pessoa; na segunda, as características são que essa se reveste como um método científico para coletar informações a partir das narrativas do (a) entrevistado (a) e proporcionar um diagnóstico do que foi coletado.

No trabalho com a História Oral, crucial destacar a laboração com a memória. José D’Assunção Barros (2009) traz uma vasta discussão acerca da memória. O espaço, o tempo e o ser humano caracterizam a tríplice que marca a memória, nesse sentido, as civilizações antigas, como o Egito – localizado na África -, a China Imperial – localizada no Oriente – e as sociedades antigas das Américas já utilizavam dos artifícios da memória.

Essas memórias, no contexto dessa pesquisa, serão utilizadas como testemunho de fatos que quisemos retratar. Hampaté (2010) nos diz que no testemunho estará presente a memória individual e coletiva, e a ligação do relato será por meio do ser humano e da palavra.

A técnica de produção de dados que essa pesquisa utilizou foi a entrevista semiestruturada. A entrevista é uma técnica de coleta de dados utilizada com a

finalidade de obter informações sobre uma questão que ainda não foi documentada, “é uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação” (GERHARDT; RAMOS; RIQUINHO; SANTOS, 2009).

Segundo Gerhardt, Ramos, Riquinho e Santos (2009), há seis tipos de entrevistas, são elas: estruturada, semiestruturada, não-estruturada, orientada, em grupo e informal. Para esta pesquisa, usou-se a semiestruturada.

Na entrevista semiestruturada, “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT; RAMOS; RIQUINHO; SANTOS, 2009). Combinado com os objetivos da pesquisa, esse instrumento de coleta de dados foi apropriado, pois “a fala é capaz de revelar condições estruturais e sistemas de valores” (GOMES, p. 57, 2016).

Através desse formato de entrevista foi possível um contato aproximado com quem está sendo entrevistado, sendo realizada sem um formato rígido. A questão pesquisada faz parte das vidas das pessoas que serão entrevistadas, em que essas pessoas são de religiões de matriz africana e/ou militante pelas causas sociais, nesse sentido, foi de relevância ocorrer a flexibilidade no sentido de fazer com que a pessoa entrevistada se sentisse confortável para responder às perguntas.

Em relação às perguntas, pretendeu-se colher informações acerca da compreensão dos (as) depoentes sobre a Caminhada pela Liberdade Religiosa se compor de um instrumento educacional no combate ao racismo religioso na região do Cariri cearense. As perguntas estão disponíveis em Apêndice A.

Para execução da pesquisa, como já discorrido, foi utilizada a História Oral. Cícero Joaquim dos Santos (2015) expõe como devem ser os procedimentos com relação a coleta de dados, nesse sentido, essa pesquisa seguiu as indicações. Ele situa os procedimentos em três etapas. Primeira etapa foi a Pré-Produção, nessa foi realizado o roteiro e agendado com as pessoas que foram entrevistadas.

Segunda etapa nomeou-se de Produção, que foi a entrevista. Na entrevista, inicialmente, gravamos o cabeçalho contendo informações de quem entrevista e do entrevistado, informações como nomes, profissão, idade, data e local. Ainda na etapa da produção, gravamos a conversa e duplicamos a gravação para não ter risco de perdê-la. Durante as entrevistas, estivemos em mãos com um caderno de campo, pois

colocamos observações que a câmera não conseguiria registrar. A terceira etapa foi a Pós-Produção que se caracterizou pela transcrição da entrevista, digitação e impressão delas.

Os instrumentos que foram utilizados para gravação dos relatos foi a plataforma Google Meet e câmera de celular nos casos das entrevistas pessoalmente. Desenvolvemos com essas ferramentas citadas a laboração dessa dissertação.

As entrevistas aconteceram pessoalmente e via Google Meet. Nas entrevistas que aconteceram pessoalmente, foram respeitadas as recomendações para evitar a infecção do Coronavírus. Sendo essas recomendações: uso de máscara, álcool em gel e distanciamento de pelo menos 1,5m. Respeitou-se essas recomendações, pois as entrevistas aconteceram no mês de outubro do ano de 2020, período em que estava em alta a infecção do vírus. Buscamos, portanto, garantir que ninguém saísse infectado.

A primeira pessoa entrevistada foi Valéria Gercina das Neves Carvalho, a entrevista aconteceu na sede do GRUNEC. Em seguida, entrevistamos Herlania Batista Galdino no terreiro Candomblé Quilombaxé Kwê Cèja Omi Ypondá. Após essa, entrevistamos Diego Cesar dos Santos via Google Meet. E, por último, entrevistamos Maria Isabel Galdino dos Santos, essa entrevista aconteceu no terreiro em que Mãe Maria é liderança, Terreiro de Candomblé Omin Dandereci.

Essas entrevistas são as fontes para análise dessa dissertação. Mas, além da dissertação, o Mestrado Profissional em Educação exige a formulação de um produto educacional, visto que é essencial essa contribuição para o campo educacional na direção de gerarmos mais dispositivos para utilização no espaço da educação.

O artigo intitulado “Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de apoiadores” (2020) com autoria de Ivanise Maria Rizzatti, Andrea Pereira Mendonça, Francisco Mattos, Giselle Rôças, Marcos Andre B Vaz da Silva, Ricardo Jorge de S Cavalcanti e Rosemary Rodrigues Oliveira traz a discussão acerca da expansão que os mestrados e doutorados profissionais têm realizado. Ocupando em torno de 52% da Área de Ensino. Os mestrados e doutorados profissionais exigem na conclusão do curso, respectivamente, uma dissertação e tese, e um produto educacional. Nesse sentido, o artigo irá tratar acerca do produto/processo educacional.

Sobre produto ou processo educacional, a partir do texto, tem-se como sendo o resultado concreto de uma pesquisa e deve ser uma resposta a um problema do

campo prático da educação. Nesse sentido, podem se constituírem como uma das seguintes tipologias: 1. Tecnologia Social – tem característica de atividade de extensão; 2. Material Didático – produto que tem a finalidade de se constituir como apoio para o processo de ensino-aprendizagem; 3. Software/Aplicativo – programa de computador que tem a finalidade de obter um resultado; 4. Manual/Protocolo – tem a finalidade de passar um conhecimento básico sobre algum conteúdo ou área de ensino; 5. Processo Educacional – uma descrição de um processo de ensino e de aprendizagem.

Para a elaboração e reflexão do Produto Educacional, são considerados dois conceitos que tem relação com as etapas do processo de elaboração desse produto, sendo elas: 1. Prototipagem – é um tipo de teste que é criado a partir de uma situação elaborada para se certificar de que o produto está dentro das possibilidades de execução; 2. Validação – perceber indícios feitos a partir de fundamentos pré-estabelecidos com a finalidade de avaliar os resultados desse produto.

Outro ponto que é mencionado no artigo é sobre a centralidade que é dada somente a dissertação nos mestrados profissionais, que, no entanto, é uma falha, pois o principal resultado é o produto educacional. Portanto, o texto discute que ao formarem as bancas de defesa, essa banca deve dar centralidade a avaliar o produto educacional a partir das fichas de avaliação.

A ficha de avaliação do Produto Educacional é composta por: 1. Complexidade – tem relação com as etapas de elaboração, desenvolvimento e validação; 2. Registro – a catalogação do Produto Educacional, garantindo o direito a autoria; 3. Impacto – a relevância desse produto na área da educação; 4. Aplicabilidade – facilidade para acesso a esse produto; 5. Aderência – apresentação da origem do Produto Educacional; 6. Inovação – nova forma didática/metodológica/pedagógica/conceitual/tecnológica que irá acrescentar na área educacional.

O artigo finaliza colocando que essas pós-graduações têm o papel de proporcionar novos debates e transformações na área educacional. Não serão somente com os mestrados e doutorados profissionais que a educação brasileira irá efetivamente se transformar. No entanto, é possível analisar o impacto que esses cursos têm na educação, mostrando novas possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem.

Inicialmente, a ideia do produto era a produção de um curta-metragem

trazendo a potencialidade educacional da Caminhada pela Liberdade Religiosa, seriam feitas filmagens desse movimento social, dos terreiros e das pessoas que compõem a Caminhada. Mas – como já mencionado – as condições que se apresentaram foram outras diante do momento pandêmico do Covid-19.

A partir das circunstâncias que se apresentavam e refletindo sobre um melhor produto educacional que fosse possível diante das condições apresentadas e, ao mesmo tempo, garantir um produto didático que cumprisse com a perspectiva de abordar o combate ao racismo religioso no âmbito educacional, nesse sentido, o produto educacional que produzimos é uma cartilha que trabalha o combate ao racismo religioso. Essa cartilha se compõe de imagens e texto explicativo, elucidativo e combativo em relação ao tema principal dessa pesquisa, que é o racismo religioso. Essa cartilha está disponível em pdf, facilitando o acesso.

A intenção de fazer a cartilha é que essa é um mecanismo acessível. A direção é que a cartilha fique disponível na internet para melhor acesso para os (as) docentes. O Mestrado Profissional em Educação da URCA (Universidade Regional do Cariri) disponibiliza no site do curso os produtos e dissertações produzidas, sendo um importante meio veiculação dos resultados e mostrando-se como uma ferramenta acessível para as pessoas que trabalham com educação, em seus diversos âmbitos.

A cartilha é intitulada “O campo educacional no combate ao racismo religioso”, nela apresentamos a definição de racismo religioso, dados que apontam a recorrência dessa violência no país, a importância de se combater essa opressão, o papel educativo que a Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – Ceará) tem cumprido e sugestões para uma educação que combata o racismo religioso. Sendo um texto formativo e informativo, que visa explicar sobre a violência. Sendo a intenção dessa cartilha contribuir com informação sobre o racismo religioso, pretendendo que a partir da informação, possamos avançar noutra direção de respeito às religiões de matriz africana.

Uma vez que já trouxemos até aqui o ponto metodológico e, anteriormente, a introdução com os pontos principais desse trabalho, o próximo capítulo abordamos a questão teórica que envolve essa pesquisa.

**CAPÍTULO III – DEBATE TEÓRICO: EDUCAÇÃO, RAÇA, RACISMO
ESTRUTURAL, RACISMO RELIGIOSO E MOVIMENTO SOCIAL**

Neste capítulo, foi pretensão abordar as questões conceituais que regem essa pesquisa. A começar pelo debate de raça, nesse discutiremos acerca do termo como uma questão social. Sobre racismo estrutural, abordamos como a sociedade brasileira prossegue tendo em sua estrutura essa violência. No debate do racismo religioso, discutiremos o termo como sendo essencial para entender as violências que sofrem os povos de terreiro. Trabalhamos acerca da discussão de movimento social no contexto da educação como ferramenta educativa. A educação, por fim, é baliza para a discussão dos quatro conceitos citados anteriormente, porquanto é a base que move essa pesquisa.

A sociedade brasileira traz em sua história a questão racial. Essa está ligada às diferenças raciais que cientistas europeus dos séculos passados tentaram justificar o domínio sobre as pessoas negras e povos indígenas pelas pessoas brancas. Utilizando, portanto, de características biológicas.

O conceito raça de forma etimológica, segundo Munanga (2003), significa sorte, categoria ou espécie. Esse conceito foi utilizado, inicialmente, nas ciências biológicas para classificar animais e vegetais. Munanga (2003) faz nesse artigo uma breve síntese histórica acerca do termo raça, passando pela compreensão dessa no campo da biologia com a classificação de animais e vegetais, no latim medieval que significa linhagem e quando passou a significar o conceito moderno, que é a classificação dos seres humanos.

No século XV, iniciaram-se as navegações das nações europeias a fim de encontrar produtos, como especiarias, para enriquecer essas nações. Os europeus foram a procura desses produtos através dos oceanos. Munanga (2003) nos fala que por conta dessas descobertas dos povos que eram novos na concepção do europeu, a ideia de humanidade começou a ficar confusa para o povo europeu, porquanto os povos do continente africano e os povos originários dos continentes das Américas tinham características diferentes das características dos europeus e, assim, eram “os outros”. Por conta disso, começaram a interrogação por parte do colono europeu se “aqueles outros” eram “selvagens ou humanos como eles”.

A história europeia nos conta que o século XVIII traz a luz a racionalidade de base europeia com os filósofos iluministas. Nesse contexto, a questão de raça é exportada da botânica e da zoologia e passa a integrar o campo da História Natural da Humanidade. Portanto, a raça passou a ser guia para hierarquizar as diversidades humanas, tomando a via do racismo.

Nesse mesmo século citado no parágrafo acima, a cor de pele passou a ser critério para classificação de diferenças raciais entre seres humanos. Aliado a isso, outras características também entraram nessa classificação racial, como o formato do crânio, nariz, boca, cabelo e olhos.

Sodré (2002) diz que nos séculos XVII e XVIII o ocidente europeu trouxe a repercussão da cultura moderna humanista, em que tentou universalizar o ser humano. Isso gerou, em contraposição, segundo o autor, o “inumano universal”, que eram “os outros”, que – na concepção europeia – eram os povos originários das Américas e as pessoas do continente africano. Esse outro era o selvagem, bárbaro, fora de humanidade e não ser humano – na visão eurocêntrica.

Por conseguinte, a Europa considerava-se o centro do mundo, sentindo-se incumbida de direcionar a vida econômica, territorial e religiosa das pessoas dos outros continentes, utilizando dessa soberba para justificar o escravagismo. Na visão excêntrica da Europa, os continentes que não eram a Europa, esses eram espaços vazios que poderiam ser invadidos por eles.

Foi somente no século XX que se comprovou a inexistência de raças humanas do ponto de vista científico-biológico. Portanto, no campo biológico não existem raças humanas; no entanto, no campo social, as diferenças raciais são um fato, pois são atravessadas por uma história que demarca corpos negros e brancos e, a partir desses demarcadores, sustenta uma estrutura que violenta cotidianamente as pessoas negras. Como traz o título de uma matéria da Folha de São Paulo quando diz que há diferença salarial de 31% entre pessoas negras e brancas, isso é reflexo das diferenças raciais no campo social.

Pelo motivo da raça ser uma questão social, é inexorável que o campo educacional pautasse essa demanda como área de combate a essas violências que sofrem a população negra. Porquanto, segundo Munanga (2014), a percepção de raça é válida para compreensão dos processos históricos dos grupos raciais, mas não se limita a isso, é também ferramenta para refletir ações efetivas no combate às discriminações e violências que advêm dessa noção social de raça.

Porquanto, na perspectiva histórica, o que aconteceu foi a tentativa do grupo opressor, formado pelos europeus, de legitimar a escravização dos povos africanos por meio de várias ferramentas, e uma delas foi a educação. Nessa direção, compreendemos educação conforme assinala Domingos (2011), em que essa está relacionada a um movimento de diálogo e de dialética, tendo relação com as partes e

o todo.

Assim, no Brasil, durante o período colonial, houve vários movimentos no campo educacional. Sodré (2002) relata que a verdade universal europeia, apoiada em ideias e práticas raciais, se alicerçava por meio da coerção da arma ou da catequização, na linguagem do autor, dos “não-homens universais” (p. 31), esses seriam os povos nativos e do continente africano.

Na atualidade, a legislação brasileira já dispõe da lei 10.639/2003, na qual torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação. Essa lei é um avanço no campo da educação no que concerne à a o efetiva que vem da reflexão e luta contra as violências cometidas contra a população negra brasileira pelo fato de estar permeada nessa sociedade a noção racial.

No debate racial, é crucial tratar também, como discorre Petronilha Beatriz Gonç lves e Silva (2007), acerca da branquitude. A autora aponta que abordar a discussão da branquitude é reconhecer que a raça define o social e que as pessoas brancas também são parte dessa divisão social racial, porquanto deve-se colocar que a população branca – pela circunstância de estar como grupo favorecido pela estrutura racista – não se habituou ainda a compreender que são pertencentes a um grupo racial.

Essas questões são relevantes de serem levantadas na direção de garantir uma educação que assegure a promoção da perspectiva da igualdade no desempenho de direitos sociais entre os grupos étnico-raciais, como aponta Petronilha Beatriz Gonç lves e Silva (2007). Pois o objetivo é o compromisso com a educação de forma que certifique a formação de cidadãs e cidadãos comprometidos (as) com o combate às discriminações raciais contra a população negra. Porquanto, como afirma bell hooks (2013), a educação na compreensão libertadora tem como anseio orientar que qualquer pessoa pode aprender, e, no olhar que colocamos aqui, qualquer pessoa – tendo acesso   uma educação que pautasse essas questões – pode aprender outro formato de sociedade, uma que assegure o respeito às diversidades culturais.

Consequência da divisão racial é o racismo estrutural. Esse é constituído pelas violências sociais, econômicas, educacionais, resumindo, em todas as esferas da sociedade cometidas contra as pessoas negras.

O racismo é regido por uma estrutura, segundo S lvio Almeida (2018), pois tem sustentação nas esferas da sociedade para continuar perpetuando a hierarquia

racial que tem como fator colocar a população negra como subalterna. Essa base garante, portanto, que as relações raciais continuem ilesas.

A escravização do povo negro no território brasileiro ocorreu de forma violenta. Esse foi trazido compulsoriamente do continente africano com a finalidade de os transformarem em objeto de exploração.

No período colonial, os povos africanos trazidos para o Brasil eram proibidos de manifestarem suas culturas. As religiões representavam, para esses povos, importante pilar da vida. Nesse sentido, os escravagistas criminalizavam essas manifestações de fé. “As repressões às religiões de matriz africana iniciam-se ainda em período escravocrata, o país era desde o início da colonização dominado pela igreja Católica, de forma que qualquer outra manifestação religiosa era entendida como contravenção penal” (FERNANDES, 2017, p. 3).

As religiões afro-brasileiras são as principais heranças que o povo negro tem. Nas manifestações religiosas são preservadas diversas características das culturas africanas, conservando as histórias, valores, crenças e práticas.

Em função desse legado, as RMAs (Religiões de Matrizes Africanas) conservam parte fundamental do pensamento tradicional africano que, em sua multiplicidade, desconhece dualismos metafísicos, isto é, não pensa a matriz de organização do mundo em torno de ideias binárias, que não separam dois mundos, não pensam os valores de modo diádico: bem/mal, certo/errado, deve/não deve etc. (NDAW, 1997, p. 131). (NASCIMENTO, 2015, p. 45)

As religiões de matrizes africanas têm como base a oralidade. A oralidade representa a conexão que existe entre a memória e a história. Por outro lado, a tentativa do colonizador foi de colocar essas características que são das culturas africanas como algo para se ter rejeição. E no período colonial, essas religiões foram alvo de criminalização e marginalização.

Consequência disso é que a representação do negro, historicamente, é vinculada a uma imagem negativa. Assim, o que tem relação com as africanidades é visto como algo danoso. E, no Cariri cearense, essas representações negativas acerca das africanidades ainda está presente. “No Cariri cearense, intento de investigação, não é diferente, pois, reproduziram teorias racistas, da eugenia, passando pelo mito da democracia racial e do paraíso racial” (DOMINGOS, 2015, p. 163).

Na trajetória histórica brasileira, as vivências de espiritualidades amparadas

na cosmovisão africana são demonizadas. Consequentemente, pessoas que fazem parte das religiões de matrizes africanas, nos dias atuais, sofrem repressões. Essa opressão é compreendida como racismo religioso.

A partir da compreensão de que a discriminação contra as religiões afro-brasileiras tem origem no racismo, em especial no racismo epistêmico que visa a inferiorização e exclusão daqueles e daquelas que vivenciam essas religiões devido a sua forma não eurocentradas de suas estruturas, a categoria intolerância religiosa se mostra insuficiente para categorizar tais discriminações e o termo que melhor se adequaria a esses casos é o racismo religioso. (OLIVEIRA, 2017, p. 45)

Por esse ângulo, o racismo religioso se manifesta nas violências que sofrem as pessoas que vivenciam uma fé que tem origem nas africanidades. O racismo religioso é um aspecto da história brasileira.

No período colonial, essa fé – quando vivenciada – era experienciada, na maioria das vezes, às escondidas. Uma estratégia de sobrevivência foi a utilização dos santos católicos para representarem as Divindades dessas religiões.

Na atualidade as violências que sofrem as pessoas que têm como vivência da fé as religiões de matrizes africanas é o racismo religioso. Sendo, consequentemente, importante o combate a essa opressão que é característica de uma história que tentou marginalizar o negro.

A educação institucionalizada brasileira é espaço de disputa. No discurso é colocado a laicidade na educação desse país, no entanto o que se vê é a tentativa de invisibilizar religiões que não têm relação com as igrejas católicas e evangélicas, como aponta Wanderson Flor do Nascimento (2015).

O movimento social pode, portanto, ser colocado como alternativa para pautar demandas que a escola não pontua. Porquanto o movimento social, segundo Reginaldo Ferreira Domingos (2015), é uma ferramenta utilizada com a finalidade de dialogar com a população e o poder governamental com o desígnio de atingir políticas públicas voltadas para determinada questão.

No caso da Caminhada pela Liberdade Religiosa que acontece na cidade de Juazeiro do Norte, nossa compreensão passa pela percepção de Reginaldo Ferreira Domingos (2015) quando o autor afirma que esse movimento religioso é um movimento social à proporção que não é garantido pelo poder público a legitimação do combate ao racismo religioso. Com essa direção, esse movimento social é essencial, uma vez que – como discorre Paulo Freire (2020) – “No fundo, as

resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos.” (FREIRE, 2020, p. 76).

No capítulo seguinte, as questões aqui apontadas serão trabalhadas no diálogo com as entrevistas coletadas com pessoas que trazem a perspectiva histórica e educacional no cerne da Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – Ceará).

**CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CAMINHADA PELA
LIBERDADE RELIGIOSA, JUAZEIRO DO NORTE – CE**

Neste capítulo, trouxemos a perspectiva histórica acerca da Caminhada pela Liberdade Religiosa que ocorre na cidade de Juazeiro do Norte – Ceará e também a análise das entrevistas a partir do objetivo principal dessa pesquisa, que como já mencionado, foi refletir acerca dos aspectos educacionais no combate ao racismo religioso através do movimento religioso Caminhada pela Liberdade Religiosa.

“Se quiser ir rápido, vá sozinho. Se quiser ir longe, vá acompanhado.”
(Provérbio Africano)



Fonte: Acervo pessoal de Maria Isabel Galdino dos Santos.

Maria Isabel Galdino dos Santos, com idade de 63 anos, é a nossa mais velha na cidade de Juazeiro do Norte. Ela (entrevista concedida em outubro de 2020) nos contou que sua mãe era rezadeira. Desde criança já se sentia conectada com a religião de matriz africana, mesmo não frequentando. Efetivamente o encontro espiritual aconteceu quando seu marido esteve em situação de uma grande doença e o médico recomendou que procurasse a espiritualidade, e assim ela fez. Desde então, ela está no candomblé.

A começar de quando passou a ser da religião de matriz africana, Maria Isabel Galdino dos Santos (entrevista concedida em outubro de 2020) diz que já trazia a reflexão de que não era correto que a sociedade não tolerasse a livre manifestação

religiosa das pessoas de terreiro. E ela fala que o Pai de Santo dela, que era do estado de Alagoas, já fazia a lavagem da escadaria lá na cidade dele, e ela se espelha nessa ação que é feita lá para trazer a proposta para o Juazeiro do Norte, cidade que ela reside.

A entrevistada citada anteriormente é conhecida em todo Cariri como Mãe Maria, ela é a líder espiritual do terreiro Candomblé Ilê Axé Omim Dandereci Mutalêgi, localizado na cidade de Juazeiro do Norte, Bairro João Cabral. Ela (Maria Isabel Galdino dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020) nos diz sabiamente que “o meu sonho era aquele de ser igual os outros, porque eu não acho que ninguém é melhor do que ninguém”.



Fonte: <https://www.newscariri.com.br/2019/01/x-caminhada-pela-liberdade-religiosa-reune-centenas-de-pessoas-em-juazeiro-do-norte-ce>

Herlania Batista Galdino, assistente social, Doné Herlania é líder espiritual da organização religiosa Candomblé Quilombaxé Kwê Cèja Omi Ypondá. Sendo neta e filha de umbandistas, nasceu dentro da religião de matriz africana. Ela nos contou que desde criança sofria com acusações de algumas pessoas do grupo familiar que não concordavam com o fato de sua mãe ser da religião afro-brasileira. Tudo isso resultado de uma sociedade que tem como base o racismo religioso. Mesmo com tantas

adversidades, o que ela nos contou foi que sempre sentiu a ancestralidade a chamando e que aos 15 anos encontrou-se com o candomblé, ela já era da umbanda também. Junto a Mãe Maria, Doné Herlania também encabeçou a Caminhada pela Liberdade Religiosa desde o início, hoje Doné Herlania é líder espiritual do terreiro mencionado acima, mas anteriormente fazia parte do terreiro de Mãe Maria quando a Caminhada surgiu. É a pessoa, desde o início, que também pensou e está à frente da Caminhada até a atualidade.



Fonte: Acervo pessoal de Diego Cesar dos Santos.

Diego Cesar dos Santos, residente da cidade de Juazeiro do Norte, com formação em História. Compôs o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) no período que esteve à frente nas primeiras caminhadas. A primeira caminhada foi no ano de 2010, Diego Cesar esteve assíduo nas cinco primeiras caminhadas, compondo a coordenação como representante do GRUNEC.



Fonte: <https://www.blognegronicolau.com.br/2019/01/valeria-carvalho-caminhada-pela.html?m=1>

Valéria Gercina das Neves Carvalho é educadora popular e integrante do GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri), foi uma das fundadoras do grupo. A sua relação com as religiões de matriz africana aconteceu desde criança, pois seu avô era da religião. Ela nos contou que seu avô se encontrava com Dona Edite e vó Maria do Espírito Santo para conectarem-se com o sagrado. A entrevistada falou que aprofundou ainda mais sua relação com as religiões de matriz africana quando também se inseriu na organização da Caminhada pela Liberdade Religiosa logo no início. Conhecida em todo estado do Ceará, Valéria Gercina das Neves Carvalho é uma mulher preta, que luta pela vida do povo negro. Traz consigo o senso de justiça e solidariedade.

As quatro pessoas entrevistadas trouxeram de forma muito lúcida e esclarecedora as contribuições para a efetividade dessa pesquisa. Portanto, aqui nesse capítulo – como já mencionado – iremos apresentar os dados coletados e análises.

O mês de janeiro traz, para diversas culturas, a energia de renovação, caracterizando-se pela entrega do que passou e o início de um novo ciclo. Na tradição da família de Santo de Mãe Maria e doné Herlania, tradição de origem alagoana, como relata em entrevista Herlania Batista Galdino (entrevista concedida em outubro de 2020), ocorre a lavagem na cidade de Penedo – Alagoas.

É um ciclo para nós de Candomblé, porque em janeiro se fecha e se reinicia um ciclo, porque se inicia com as águas de Oxalá, que é um processo que abençoa todo o ano da gente, aquela lavagem pra tirar tudo que aconteceu de ruim né, para uma renovação de fé, né, dentro do culto. (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

Essa lavagem, como discorre Diego Cesar dos Santos (entrevista concedida em outubro de 2020), é um ritual do Candomblé que igualmente acontece em outras cidades do país. “Então, houve a proposta, que foi a primeira proposta deles, que era de fazer uma lavagem da escadaria da Basílica Menor das águas de Oxalá, que é um ritual de candomblé que acontece em algumas cidades, com a lavagem e tal.” (Diego Cesar dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020).

No final do ano de 2009, como relata Diego Cesar dos Santos (entrevista concedida em outubro de 2020) e Valeria Gercina das Neves Carvalho (entrevista concedida em outubro de 2020), o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) – movimento negro de grande expressão na região do Cariri cearense – iniciou de forma mais efetiva o diálogo com as religiões de matriz africana da região. O grupo já tinha um trabalho árduo com a questão racial de forma ampla, e é convidado a aprofundar a demanda das religiões de matriz africana. Esse contato aconteceu a partir, como relata Diego Cesar dos Santos (entrevista concedida em outubro de 2020), de uma pessoa que já era da religião de matriz africana e que fazia parte do GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri), o entrevistado citado conta que essa pessoa já tinha conexão com a religiosidade afro-brasileira, e ele foi essa ponte para efetivar essa discussão dentro do GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri).

Nesse sentido, na época citada acima – a partir de um grande caminho que o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) já estava trilhando no Cariri cearense para combater o racismo e os terreiros de matriz africana cada vez mais fortalecidos – num evento cultural em que o terreiro de Mãe Maria Il Axé Omin Dandereci se apresentava, aconteceu o encontro de algumas pessoas do GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) e do terreiro de Mãe Maria. Nesse momento, aproveitaram para combinar uma data de um encontro entre o grupo de valorização negra do Cariri (GRUNEC) e o terreiro Omin Dandereci. No encontro foi conversado sobre a importância do combate à intolerância religiosa na nossa região e saíram desse encontro combinados de que fariam algo, mas ainda não se tinha certeza do que seria. No entanto, já se tinha uma primeira proposta, que foi a lavagem da

escadaria da Basílica Menor das Águas de Oxalá. A lavagem da escadaria da Igreja de Nossa Senhora das Dores (conhecida também como a Igreja Matriz) na cidade de Juazeiro do Norte. A proposta foi firmada e os (as) membros (as) do GRUNEC e o terreiro Omin Dandereci se unificaram para tentar concretizar essa proposta.

Então, Ridalvo, Valéria, Veronica, Adriano também que é do GRUNEC ainda, mas que ele mora no Maranhão hoje em São Luiz, ele trabalha lá, ele já era do curso de Direito, tinha se formado no curso de Direito e já tinha convivência com o pessoal de Direitos Humanos lá da URCA, e tinha um contato com a igreja de um modo geral e fez essa intermediação da Mãe Maria, do terreiro lá, com o Bispo do Crato, eu acho que era Dom Panico, que era de conversar com eles e tentar fazer essa ação meio que conjunta, não era ideia do terreiro chegar lá na igreja com as portas fechadas e fazer essa lavagem à revelia né. A ideia deles era fazer um evento, uma atividade que a igreja estivesse participando também né. (Diego Cesar dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)

Inicialmente, portanto, a proposta era essa, e assim as pessoas foram se mobilizando nesse sentido. Pois, como já foi dito, essa lavagem ocorre em diversas cidades do Brasil, acontecendo esse diálogo entre a Igreja Católica e as religiões de matriz africana. No entanto, o que se apresentou na realidade da região do Cariri cearense foi uma barreira, ocorrendo uma falta de consenso da Igreja Católica da localidade com a proposta feita.

O modo como se pensava era a igreja apoiar a ideia, não sei dizer o que foi que o bispo falou exatamente, eu não lembro mais, eu não me lembro se ele deixou tipo assim livre para negociar com as igrejas, mas ela (Mãe Maria) com certeza vai lembrar dessa história, o pessoal vai lembrar o que foi que ele falou. Pelo que me lembro ficou aquela história assim de “tente negociar com as igrejas, se o padre da igreja aceitar, a gente topa e tudo”. Aí eu sei que eles foram ainda, Mãe Maria fez contato com alguns padres. Mas o que me vem à cabeça agora, na minha versão, todos foram negativos, talvez ela (Mãe Maria) conversando com você ela (Mãe Maria) vai aprofundar mais isso, mas, assim, houve uma negativa geral. Se não me engano, teve até um padre que disse que por ele saia tudo bem, mas que tinha ordem superior para não fazer e por isso ele não iria aceitar o ritual. (Diego Cesar dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)

Desse modo, com a negativa de retorno da Igreja Católica local em relação a proposta da lavagem da escadaria, começou-se a pensar noutra possibilidade para tratar acerca do racismo religioso que ocorre cotidianamente.

E aí daí o segundo passo foi sair dessa história das águas de Oxalá para a Caminhada contra a Intolerância Religiosa, que foi o primeiro nome que a gente deu pro movimento. Nós pesquisamos e descobrimos que tem o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, que é o dia 21 de janeiro, por

conta de um problema que houve com uma Mãe de Santo lá em Salvador, que a igreja universal estampou a cara dela naqueles jornais que a universal distribuía antigamente e estampou lá em Salvador, e eu sei que essa senhora entrou numa depressão, enfim, e parece que ela faleceu depois disso e a família lutou na justiça para ser reparado pelo dano que tinha sido feito e conseguiu que fosse sancionado uma lei que estabelecia o dia 21 – ainda no governo Lula, não lembro o ano exato disso – como o Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa, em alusão esse fato que houve com ela. E aí eu sei que dessas conversas, um viu isso num canto e outro em outro canto, a gente chegou lá para conversar e o filho de Mãe Maria, um dos filhos, tinha visto essa história, Herlania – que depois se tornou Mãe de Santo também, que era nora e filha de Santo dela (Mãe Maria) – também chegou quase que com uma ideia parecida, não lembro quem chegou assim com a ideia, mas desembocou com a história da caminhada e faria um evento no dia 21 de janeiro, tinha que ser na rua São Pedro, chamaria outros terreiros e faria esse evento na rua. E assim começou a história das caminhadas, foi dessa história das Águas de Oxalá que a igreja não aceitou para essa articulação que já estava nascendo para desembocar em “a gente vai pra rua, vai fazer essa caminhada e vamos ver no que vai dar”. E assim foi. (Diego Cesar dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)



Fonte: Acervo pessoal de Diego Cesar dos Santos.

As imagens acima são registros da primeira caminhada. Nessa primeira caminhada, por conta da realidade de uma estrutura que assegura o racismo religioso, aconteceu de muitas pessoas de terreiro não participarem.

A primeira caminhada foi muito complicada, você tinha ali mãe Maria, mãe

Célia, mãe Alice, tem uma senhora também que estava que é mãe de santo e tem uma deficiente auditiva, pai Adriano e a esposa dele, mas assim muito tímidos. Mas um medo muito grande. Depois eu vim entender o medo... o pessoal poderia sair ali apedrejado. Eu conversando com mãe Maria e ela disse que estava com medo porque estava levando os filhos de santo dela, tinha crianças, e assim a responsabilidade era dela, por mais que o movimento negro estivesse ajudando, colaborando no discurso político, mas assim quando a mãe de santo leva os filhos de santo dela para a rua a responsabilidade é dela, quando ela leva crianças pro meio da rua quem está assumindo a responsabilidade do que vai acontecer é ela, isso é muito importante... Mas saiu a primeira caminhada. Foi muito bonito. (Diego Cesar dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)



Fonte: Acervo pessoal de Diego Cesar dos Santos.

Acima são registros da segunda caminhada. Esses registros aconteceram na Praça Padre Cícero, uma praça central da cidade de Juazeiro do Norte. Esse local é o ponto final das caminhadas, nesse espaço as pessoas fazem falas e apresentações. Em 2011, o movimento religioso dos povos de terreiro do Juazeiro do Norte intitulou-se como Segunda Caminhada Pela Paz e Contra a Intolerância Religiosa. “Na segunda a gente foi de novo, ainda não tinha aparecido ninguém, Pai de Santo, nem Mãe de Santo” (Maria Isabel Galdino dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020). E desde 2012 é intitulada Caminhada pela Liberdade Religiosa, ganhando adesão das pessoas de vários terreiros e de pessoas que apoiam a ação, mas que não são de terreiro.

A organização da Caminhada – inicialmente – esteve sob direção, principalmente, do terreiro Omin Dandereci Mutaleji e do GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri). A imagem da página posterior foi registrada na segunda

caminhada, nela é possível visualizar uma faixa com o nome do terreiro Candomblé Ilê Axé Omin Dandereci Mutaleji, como já mencionado, terreiro que tem como liderança Mãe Maria. Atualmente, o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) não compõe a organização do movimento Caminhada pela Liberdade Religiosa, sendo – hoje em dia – os terreiros os organizadores, mas o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) continua fortalecendo a Caminhada. Todas as pessoas entrevistadas demonstraram enorme respeito a mais velha que deu início a essa trajetória da luta dos terreiros – Mãe Maria. Esse respeito é uma prática ancestral dentro das casas de religião de matriz africana.



Fonte: Acervo pessoal de Diego Cesar dos Santos.

Essa manifestação dos povos de santo tem por finalidade combater as violências que sofrem os povos de terreiro. Essa pesquisa caracteriza essa violência como racismo religioso. Compreende-se, portanto, racismo religioso conforme Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017), em que tem a posição de que as violências que sofrem as pessoas que têm como linha espiritual as religiões afro-ameríndio-

brasileiras é o racismo religioso, pois essa é característica do racismo estrutural.

Conforme Nathalia Vince Esgalha Fernandes (2017), durante o período colonial, as religiões afro-brasileiras eram perseguidas. Mesmo após a independência do Brasil e na República, a repressão contra as religiões de matriz africana foi legitimada por códigos penais na Constituição do país. Wanderson Flor do Nascimento (2017) traz alguns questionamentos, como: “quantos templos budistas, quantas sinagogas, quantas mesquitas vimos serem derrubadas pelo Estado ou incendiadas por gestos de intolerância?” (p. 54).

Isto posto, ainda que a atual Constituição (1988) garanta a liberdade de crença em seu Art. 5º, em contraposição, nas práticas cotidianas isso não ocorre. Segundo a Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, no ano de 2017, ocorreu um aumento de 51% nos casos registrados por intolerância religiosa. Trazendo essa realidade para nossa região, a entrevistada nos conta:

Na terceira Caminhada, eu fazia um carro andor, e tinha uma senhora bem de idade, que vivia aqui, então todo ano a gente levava essa senhora em cima do carro porque ela não conseguia andar. Quando nós fomos saindo da praça da prefeitura. Aí nós... demos de frente com um padre, ele disse muita coisa com ela. (Maria Isabel Galdino dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)

É manchete numa matéria da Super Interessante: “País registra cada vez mais agressões e quebras de terreiros” (MOTTA; JACOBS, 2018). E em seguida, colocam: “A cada 15 horas, uma queixa de discriminação por motivo religioso é registrada no Brasil, a maioria contra credos afro-brasileiros” (MOTTA; JACOBS, 2018). Apesar desses dados apresentados, é possível visualizar a resistência das pessoas de religiões de matriz africana em todo território brasileiro, a Caminha pela Liberdade Religiosa, que ocorre no Juazeiro do Norte, é uma das concretizações da resistência e organização daqueles (as) que diariamente sofrem violências que são características do racismo.

Na matéria da página seguinte, registra a III Caminhada pela Liberdade Religiosa no ano de 2012 e traz a observação de que as pessoas que estavam nessa mobilização buscavam comunicar para toda sociedade do Cariri cearense a importância de pautar as diversidades religiosas que existem nessa localidade.

Portanto, reafirmamos a importância da discussão acerca do racismo religioso e o combate a esse em todos os campos, e aqui apontamos o campo acadêmico da

educação, pois esse se caracteriza como um espaço de fortalecimento da resistência ao combate ao racismo religioso.



geurb

Grupo de Estudos Urbanos, vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Espaço Urbano e Cultura - Lepeuc / Depto de Geociências / Universidade Regional do Cariri

[Visualizar meu perfil completo](#)

Pesquisadores e Linhas de pesquisa

Professores e estudantes - Geurb

Ivan Queiróz, prof. msc. / geociências-urca
doutorando em desenvolvimento urbano / ufpe

Glauco Vieira, prof. msc. / geociências-urca
doutorando em geografia - ppgeo/uff

Maria Soares, profa. msc. / geociências-urca
doutoranda em geografia - posgeo / urca

Claúdio Smalley Soares
mestrando em geografia - posgeo / unesp

Aurilia Ferreira
graduanda em geografia - onpq-pibiq / urca

Antônio José Bezerra (Pajé)
graduando em geografia / urca

Ezia Sousa
graduanda em geografia - estágio / urca

Leidedaiane Silva
graduanda em geografia - estágio / urca

Mariana
graduanda em geografia / urca

Queops Rodrigues
graduando em geografia / urca

Rafael da França
graduando em geografia - onpq-pibiq / urca

Robinson Souza
graduando em geografia / urca

Linhas de pesquisa

1. Espaço e estruturação urbana
2. Espaço, representação e experiência urbana
3. Espaço, metrópole e regionalização



terça-feira, 24 de janeiro de 2012

manifestação pela liberdade religiosa em Juazeiro do norte



chegada da passeata - praça padre cícero [foto: glauco vieira]

O início de 2012 em Juazeiro do Norte, no momento em que a cidade se prepara para uma de suas principais romarias - a de Nossa Senhora das Candeias -, é marcado por uma manifestação pela diversidade religiosa que, percorrendo logradouros públicos centrais, provoca atenção da população urbana cuja maior concentração é de católicos. Trata-se da III Caminhada pela Liberdade Religiosa, com a seguinte chamada: *pele direito de ter fé*. Conforme panfleto divulgado na passeata, o ato público propôs convocar "a sociedade caririense a refletir para sua diversidade religiosa (...) uma reflexão crítica voltada para o cotidiano que enxergue a discriminação e constrangimentos históricos por quais passam os praticantes das religiões não predominantes, principalmente os praticantes das religiões negras e indígenas". A organização do evento teve como principal protagonista o Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC, que conseguiu reunir principalmente praticantes e representantes da Umbanda e do Candomblé.

O Grupo de Estudos Urbanos - GEURB-Cariri acompanhou o percurso com registro observacional e de imagens, desde a concentração na praça Dirceu Figueiredo (Prefeitura Municipal), descendo pela rua São Pedro até a culminância do ato público na praça Padre Cícero.



carro conduzindo orixás - rua são pedro [foto: glauco vieira]

Na concentração final, na praça central da cidade, ao redor do palco defronte à coluna da hora e da estátua do Padre Cícero, os participantes da passeata misturaram-se entre os olhares de curiosos, das lentes da imprensa local e passantes que ali paravam atraídos pelos adereços, vestimentas dos praticantes das religiões afro-descendentes, e da música entremeada pela fala de seus representantes. Mães e pais-de-santo manifestaram-se a favor da inclusão de sua prática religiosa alertando para que "nenhuma forma de religiosidade, mesmo que hegemônica, seja tomada como forma absoluta a ponto de sufocar as demais".

Fonte: <http://geurbcariri.blogspot.com/2012/01/manifestacao-pela-liberdade-religiosa.html>

Na academia, o conceito de racismo religioso tem sido discutido. Antes, o termo utilizado às repressões que sofrem as religiões afro-brasileiras era “intolerância religiosa”, porém esse termo não tem sido suficiente para conceituar as violências que sofrem os povos de religiões de matriz africana. Nesse sentido, esse trabalho contribuiu na direção de trazer uma discussão científica sobre racismo religioso, bem como também traçar o combate ao racismo religioso na sociedade brasileira.

São diversas as experiências educativas que a população afro-brasileira encontrou para formar intelectualmente e culturalmente seu povo, “educação nos quilombos; da criação de escolas alternativas; da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil; ou das vivências escolares nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros” (CRUZ, 2005, p. 22).

Conforme Paulo Freire (2020): “a educação é uma forma de intervenção no mundo” (p. 96), portanto, existem diversas formas de se fazer educação, compreendemos que o movimento social é caracterizado como um espaço para formação educativa. Como nos diz Paulo Freire (2020), qualquer forma de discriminação deve ser combatida.

Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. (FREIRE, 2020, p. 59)

Porquanto, a forma de manifestação de rua realizada pelos movimentos sociais é utilizada regularmente na intenção de cobrar dos governantes políticos saídas para os problemas sociais, como também de dialogar com a população que está sendo público para o movimento, por conseguinte, aqui apresentamos que a Caminhada pela Liberdade Religiosa é uma ação educadora formativa e informativa.

Sim, né... A caminhada ela é, no meu ver, por mais que eu não seja mais participante das lutas diretamente, mas eu acho que no que se refere a luta contra a intolerância religiosa, contra o racismo também, foi o movimento de maior impacto. Chamou a atenção das pessoas. Porque Juazeiro lógico que sempre teve terreiro, no Cariri sempre teve terreiro de umbanda, de candomblé um pouco mais a frente. Mas, assim, faltava essa saída do terreiro pra rua, esse impacto, essa afirmação política. E nessa afirmação política é que nasce o sentido pedagógico da caminhada, no sentido de – como você tenta direcionar a sua pesquisa – educativo de fazer as pessoas refletirem sobre preconceito religioso, sobre o racismo religioso, que a palavra certa é

essa, e como que isso atua aqui no Juazeiro e como as pessoas de terreiro eram e são afetadas por esse racismo religioso. Então, sim! A Caminhada ela é uma ação educativa e eu – posso até antecipar uma fala mais na frente – mas assim, pra mim a Caminhada ela é a ação educativa de maior vulto. Não sei se a mais eficiente, não cabe a gente estar colocando a mais eficiente ou menos eficientes essas ações de militância, porque todas têm um fim importante de combate ao racismo e outras crenças, mas eu acho que de impacto no que se refere a discussão contra o racismo, na discussão mais específica do racismo religioso, ela é a atividade de maior impacto sim, que mais chamou atenção para essas questões aqui, eu falo isso sem sombra de dúvida, e dessa visibilidade que a caminhada deu e dá para essas questões. Eu acho que é nesse aspecto assim da visibilidade, ver na rua... e estar na principal rua da cidade de Juazeiro, uma cidade que tem um histórico muito grande de discriminação religiosa e racismo religioso. Então, descer ali na rua São Pedro é muito impactante sim! (Diego Cesar dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)



[Página inicial](#) > [VII Caminhada pela Liberdade Religiosa](#) > [VII Caminhada pela Liberdade Religiosa é realizada em Juazeiro do Norte](#)

VII Caminhada pela Liberdade Religiosa é realizada em Juazeiro do Norte

Nicolau Neto - sábado, janeiro 21, 2017

O Município de Juazeiro do Norte, localizado na região metropolitana do Cariri, sul do Estado do Ceará, foi palco de um importante evento na última sexta-feira, 20, da VII Caminhada Pela Liberdade Religiosa.

Fonte: <https://www.blognegrnicolau.com.br/2017/01/vii-caminhada-pela-liberdade-religiosa.html?m=1>

Os registros das caminhadas através das mídias direcionam a perceber que o movimento dos terreiros tem forte expressão nessa região do Cariri do Ceará. O movimento social “pressupõe uma convicção coletiva que visa à edificação de um projeto para o futuro, exige uma dedicação contínua” (DOMINGOS, 2015, p. 188). Existe, conseqüentemente, dentro da organização do movimento social um diálogo entre os que o compõem com a perspectiva de traçar a luta pela reivindicação pautada em comum.

A finalidade é justamente essa, de visibilidade e políticas públicas para povos de Terreiro, por isso que ela não deve acabar enquanto não existir igualdade, então ela vai durar muito, ela vai durar muito e a educação sim, é um dos objetivos, porque nós temos que falar de nós, nós temos que tirar a ideia que o povo negro deixou só uma história de sofrimento, chicote e corrente, ele deixou cultura, deixou ancestralidade, deixou pessoas vitoriosas, porque somos vitoriosos por ter nossa ancestralidade negra, deixou desde a culinária ao samba, desde os movimentos criados, feitos pelo povo negro um Brasil que não pode dizer que existiu sem África, ele tem que ser falado, ele tem que ser apresentado na perspectiva negra, na perspectiva de Povos de Santo, de Povos de Terreiro, parar de demonizar o que você não conhece, porque você não conhece. Então se você não conhece, venha conhecer, venha conhecer conosco, não com quem tem só crítica e estrutura racista para falar sobre a gente, nós estamos aqui firmes e fortes, somos resistentes, entende?! E não negamos o nosso Sagrado, não mais né, não mais! (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

Na comunicação e interação entre as pessoas que estão descendo na Rua São Pedro da cidade de Juazeiro do Norte na Caminhada pela Liberdade Religiosa e a população juazeirense e do cariri cearense como um todo (pois a Caminhada tem os desdobramentos através das mídias e mesmo daquelas pessoas que viram e que comentam com outras pessoas), é nessa interação que apontamos a ação educativa da Caminhada pela Liberdade Religiosa e, portanto, o aspecto educacional, pois nesse contato estabelece uma relação de difundir para a população que o povo de terreiro está presente em todo país e que tem o direito de existir de forma autêntica.

Assim, quando perguntei a entrevistada Herlania Batista Galdino se ela visualiza a Caminhada pela Liberdade Religiosa como uma forma de educar os cidadãos e cidadãs acerca do combate ao racismo religioso, ela nos respondeu que:

Sim, com certeza sim. Como levando o conhecimento, a visibilidade que existe do povo aqui, né?! Nos seios da Caminhada a gente aproveita e faz bastante falas sobre a demonização que foi tida para esses povos de santo, povos de Terreiro, povos de Umbanda, Jurema, e nesse processo a gente se reconhece dentro da nossa cidade como militantes né de uma tradição que

foi pelo uma estrutura foi demonizada. Então assim, a Caminhada com certeza ela leva para os cidadãos de Juazeiro a reflexão né que é um povo que está ali né, que tem criança, tem idosos, tem mulheres, homens pais de família né, o Candomblé não tem preconceito se é uma mulher trans, se é um homem trans, a maioria dos adeptos de Candomblé hoje são LGBTQI+ né, e quase sempre estão como sacerdotes porque é uma religião que abraça né, diferente de outras que já existem aqui no Cariri, esse também é um meio de educação né para que o preconceito? Para que a discriminação de algo que vem de dentro da alma?! (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

Realizada nesta sexta-feira em Juazeiro do Norte caminhada pela liberdade religiosa



Com o objetivo de combater a intolerância religiosa, aconteceu, na tarde desta sexta-feira, 20, a 8ª edição da Caminhada pela Liberdade Religiosa, em Juazeiro do Norte. O evento teve a participação de cerca de 500 pessoas, incluindo representantes das casas de terreiros de religiões de matrizes africanas do Cariri. A concentração aconteceu na praça da Prefeitura e seguiu pela rua São Pedro até a praça Padre Cicero.

Fonte: <https://www.cariceara.com/realizada-nesta-sexta-feira-em-juazeiro-do-norte-caminhada-pela-liberdade-religiosa/>

Na imagem acima, aponta a presença de aproximadamente 500 pessoas na Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – CE) em sua oitava edição. Isso representa que cada vez mais esse movimento social tem se fortalecido. A finalidade do movimento social é garantir uma vida melhor para aqueles (as) que estão

sendo vítimas de alguma situação social. O movimento social visa obter direitos civis. Portanto, a Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – CE) se caracteriza como um movimento social que tem uma ação educativa de resistência contra as violências que são caracterizadas como racismo religioso.

Então o Candomblé é uma religião que vê a alma, não o corpo, a gente vê o ser, a natureza, então assim, não tem como a gente andar naquela São Pedro, com nossas roupas brancas, com nossas indumentárias religiosas sem passar conhecimento né?! Sem quebrar a estrutura racista, então as pessoas perguntam de onde vem, se é o povo da Bahia né, porque não era visto, apesar de ter 10 anos a Caminhada, ainda encontramos pessoas dizendo que acreditavam que o Juazeiro do Norte era uma cidade totalmente católica, e quando vê tantos Terreiros juntos há o espanto da nossa cidade, da nossa população e dos romeiros né? Porque a gente ainda pega uma parte de romaria né, durante a nossa Caminhada em janeiro. (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

Desse modo, o direcionamento da Caminhada pela Liberdade Religiosa tem como base também a educação, pois a resistência é crucial para que as pessoas de terreiro, oprimidas por essa sociedade racista, continuem existindo nesse país. “Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos.” (FREIRE, 2020, p. 76).

A população negra brasileira, historicamente, se organizou de diversas formas para reivindicar seus direitos, pois o Brasil foi formado a partir de uma história delineada pela escravização dos corpos negros. Inicialmente, no século XVI, foram trazidos compulsoriamente para essas terras os povos africanos com a finalidade de escravizá-los. Trazendo-os, trouxeram também as culturas africanas.

A história brasileira traz as marcas coloniais que constituem essa sociedade. No século XVI, essas terras que posteriormente foram demarcadas como Brasil, iniciou o processo de colonização. Portugal foi a nação europeia que invadiu e dominou politicamente e economicamente essas terras.

Inicialmente, houve a tentativa de escravizar os povos indígenas. No entanto, os jesuítas começaram um processo de catequização desses povos a partir de meados do século XVI. Nas terras cearenses, segundo Maria Juraci Maia Cavalcante (2014), a invasão dos jesuítas teve início no começo do século XVII.

Enquanto havia a catequização dos povos indígenas, estava ocorrendo no continente africano um rapto de pessoas de origem africana para serem trazidas para o Brasil com a finalidade de escravização.

A partir dessa história, a questão racial é fator demarcador na sociedade

brasileira. Pois utilizou-se da ideia de raça para escravizar a população negra. No século XVIII, segundo Kabengele Munanga (2003), a cor de pele passava pelo critério racial. E no século XIX, o autor fala que se somou a cor de pele o critério da forma do rosto, nariz, crânio, etc.

Nesse sentido, as ciências eram as ferramentas utilizadas com a finalidade de provar a existência de raças e a hierarquização delas. Todavia no século XX foi comprovado que não existem raças biologicamente. Destarte, biologicamente há a comprovação de que não existem raças humanas. As genéticas dos seres humanos são diferentes, contudo, essa diferença não é suficiente para dividi-los em raças. Em vista disso, raça não é um fator biológico, mas é importante para análise social, uma vez que, de acordo com Munanga (2015), a noção de raça ainda está presente no imaginário brasileiro.

O racismo é um fator estrutural da sociedade brasileira, porque permeia todas as relações políticas, sociais e econômicas. O racismo não é algo de uma instituição específica ou um segmento específico, o racismo é uma violência contra a população negra que é exercida em todos os âmbitos da sociedade, consequência disso são os dados que mostram a situação do povo negro nesse país. Os dados divulgados no ano de 2019 pelo estudo da Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil relatam que no ano de 2018 a média de salário mensal das pessoas brancas era R\$2.796,00 e das pessoas negras era R\$1.608,00, e essa situação se agrava quando se refere às mulheres negras.

Nesse sentido, a discussão acerca de raça é base para compreender a construção histórica brasileira. Esse termo foi utilizado inicialmente, como aponta Kabengele Munanga (2003), na botânica para classificar plantas.

Quando os portugueses invadiram essas terras que posteriormente foram denominadas Brasil, esses no século XVI trouxeram os africanos para escravizá-los e explorá-los economicamente. Inicialmente, a escravização era justificada com base na ideia de que os povos africanos não teriam alma.

Foi no final do século XVIII que os colonos brancos passaram a utilizar a ciência na direção de dividir em raças os seres humanos, marginalizando a raça negra. “No século XVIII, a cor de pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças” (MUNANGA, 2003, p. 3). As ciências em diversos campos hierarquizaram as raças, e coloca-as como dispositivo para justificar a exploração econômica, cultural e intelectual do povo negro.

No entanto, o povo negro desde o início da escravização criminosa se colocou como resistência. Diversos quilombos foram criados, muitos perpassaram o tempo e estão ativos na atualidade, significando a força da população negra em todo território brasileiro. No Estado do Ceará, há 87 quilombos e 35 desses são liderados por mulheres, como aponta a mesma matéria jornalística da citação abaixo, representando, assim, que a resistência negra desde o período colonial se caracteriza como força para essa população.

O Estado do Ceará tem quilombo? Cristina, Socorro, Cleomar e Maria responderão quantas vezes for preciso que sim. Mulheres negras e quilombolas, elas exercem cargos de lideranças nas comunidades as quais estão vinculadas, em quatro geografias diferentes: região metropolitana, serra, litoral e sertão. E num processo de autoafirmação, resistem à tentativa de apagamento de suas narrativas ancestrais, levantando a voz para contar “a história que a história não conta”. (SOUZA, 2019)

Os quilombos, “território marcado por luta e sobrevivência” (SANTOS, 2018, p. 21), fazem parte da história do Brasil, representando a luta do povo negro. A formação dos quilombos no período colonial é marcada como resistência da população negra ao sistema escravagista.

Os colonos brancos utilizaram de diversas ferramentas para validar o sistema escravagista, e até o início do século XX ainda estava efervescente a discussão acerca de raça no campo científico. Assim, no Brasil ocorreu um movimento racista que defendia a eugenia, “a eugenia foi incorporada aos projetos políticos e científicos que almejavam produzir uma ampla reforma social, nos quais a eugenia teria como função melhorar o aspecto físico, moral e mental da ‘raça nacional’” (SOUZA, 2008, p. 146).

Compreende-se, portanto, que historicamente o Brasil racializou os corpos das pessoas negras. No século XX foi certificado no campo da biologia que não existem diferenças raciais nos seres humanos. Biologicamente, já está comprovada a não existência de raças humanas, no entanto, no imaginário social ainda está presente.

“A noção de raça é útil enquanto categoria de reflexão sobre os processos de conscientização dos grupos raciais, mas ela é também útil para a reflexão sobre a ação contra a discriminação racial” (MUNANGA, 2015, p. 17). O desdobramento racial é o racismo.

O racismo se constitui como uma violência estrutural que mantém intactas as

relações raciais, fazendo com que as relações raciais que acontecem desde o período colonial continuem se propagando, ou seja, as pessoas brancas prosseguem usufruindo dos privilégios. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos dados de 2013 informou que 22% das pessoas brancas têm o ensino médio e apenas 10% das pessoas negras têm esse nível de ensino. Em relação ao salário, essa mesma pesquisa traz a informação de que enquanto os brancos ganham em média R\$1.600 de salário, os negros ganham em torno de R\$921.

“A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.” (ALMEIDA, 2018, p. 39) Portanto, como aponta Sílvio Almeida (2018), o racismo se configura como estrutura, o que quer dizer que se expressa nas relações sociais, políticas, educacionais, econômicas, jurídicas e institucionais. “A realidade, porém, não é inexoravelmente esta. Está sendo esta como poderia ser outra, e é para que seja outra que precisamos, os progressistas, lutar.” (FREIRE, 2020, p. 73)

As pessoas negras trouxeram o olhar africano sobre o mundo para o território brasileiro, a cosmovisão africana agrega e significa essa nação com essas características que têm raízes africanas. Diversas ferramentas foram utilizadas pelo colonizador para justificar as atrocidades cometidas contra a população negra. No entanto, a população negra se organizou como resistência ao sistema escravagista, a população afro-brasileira já carrega em sua ancestralidade o elemento da resistência. O quilombo foi uma das formas de resistência do povo negro.

Ana Paula dos Santos (2018) traz em sua dissertação a experiência educativa do Quilombo de Carcará que até a atualidade existe e resiste. Ela conta que algumas das estradas que dão acesso ao quilombo foram rotas de fugas. Esse quilombo está localizado em Potengi, na região macro do Cariri centro sul do Estado do Ceará. “No Cariri, foi o GRUNEC e a Cáritas Diocesana quem fez o mapeamento dessas comunidades negras e quilombolas e faz com que essa realidade quilombola cariense entre para o mapa dos quilombos brasileiros” (SANTOS, 2018, p. 93).

O Cariri cearense tem uma história de resistência indígena e negra. O GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) existe desde 2001, como já mencionado, e é caracterizado como um dos maiores grupos que fortalece a população negra nessa localidade. Todo território brasileiro desde o início da formação do país tem presença negra, conseqüentemente, tem formação com raiz africana.

Como também a presença indígena é viva em todo território nacional e, conseqüentemente, na região do Cariri. A comunidade indígena Poço Dantas, localizada na cidade de Crato, é um exemplo dessa afirmação. Essa comunidade indígena é formada pela resistência cultural dos (as) indígenas Kariris.

A perseguição religiosa cometida contra os povos africanos no solo brasileiro ocorre a partir de uma história que é delineada pela demonização das espiritualidades negras. Essa perseguição tem relação direta com o racismo estrutural, já que a representação dessas religiosidades é o negro e o que se tentava era destruir o que tivesse vínculo com esse povo.

O racismo ele vem até dentro do submundo né, da outra realidade de mundo que é quando a gente desencarna, quando o caboclo 7 encruzilhadas vem numa mesa espírita né, espíritos brancos né, elitizados e ele é excluído pela sua forma de falar e pela sua forma de agir, e aí eu tenho como um racismo dentro desse Sagrado, e como isso não vai educar?! Porque a gente, pessoas negras, que nossa religião tem pessoas brancas, mas que estão cultuando uma religião de negros, tudo que foi do negro e ainda para algumas pessoas é ruim, é muito negativo, é criminoso até, então assim, para nós, nós vivemos educando os nossos irmãos, os nossos pais, os nossos avós, para que saiam na rua andando um andado que é aceito, que vista uma roupa que seja aceito, que se você seja de Candomblé você tem que ser de Candomblé e erguer sua cabeça e usar o seu fio de conta e se colocar dessa forma, mas com respeito, e se tu for atacado tu não reage só, tu recua chama todo mundo para gente ir à luta, né?! (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

Há, portanto, uma estrutura que assegura que as relações de raças tenham o formato hierárquico até a atualidade, assim, esse racismo “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.” (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Desde o início da formação do Brasil que a igreja Católica domina e tem poder decisivo nas relações políticas, sociais, econômicas e educacionais. Dessa forma, muitas vezes ocorria do escravizado ao ser trazido para o Brasil, no porto, ser batizado, assumindo forçosamente outra religiosidade, nesse caso, a oficial, que é a católica. Silva (2015) relata que no Brasil, historicamente, o Estado brasileiro sempre teve uma relação direta com a Igreja Católica.

Em algumas situações – quando o tráfico de corpos negros estava cada vez mais difícil e, com isso, ocorria a escassez da mão de obra negra escravizada – os donos de escravizados permitiam que esses realizassem seus batuques e festas. A

finalidade dessa permissão era para que os escravizados tivessem mais disposição e uma vida longa, já que a mão de obra escravizada estava escassa.

No século XVIII, as religiosidades africanas eram vistas como magia e feitiçaria. Sendo assim, eram perseguidas pela igreja, conseqüentemente, pelas autoridades políticas. Até a metade do século XX, o exercício dessas religiões era enxergado como uma atividade oculta e sobrenatural, causando, assim, um terror na população, denominando essas religiões de base africanas como sendo feitiçaria.

Conforme Nathalia Vince Esgalha Fernandes (2017), a construção do Brasil como República marca para as religiões afro-brasileiras um momento de legitimação das perseguições. Essas religiões ficam no campo ilegal de forma legítima, estando registrado no Código Penal de 1890. Nesse mesmo momento, organizam maneiras de controlar essas práticas religiosas, as delegacias perseguem os locais que ocorrem as práticas das religiões afro-brasileiras, exigindo um registro de licença na Delegacia de Jogos e Costumes.

Nathalia Vince Esgalha Fernandes (2017) informa que no contexto brasileiro, a prática do espiritismo kardecista era melhor visualizada, em contraposição, a prática religiosa afro-brasileira era vista como um culto maligno. Até 1976, era exigido uma licença de culto na Delegacia de Jogos e Costumes. Sendo assim, as religiões de base africana sofriam perseguições que eram legitimadas pela política brasileira.

No ano de 2015, Reginaldo Ferreira Domingos (2015) em sua tese traz uma fala de Vó Maria do Espírito Santo, em que essa relata a resistência dos terreiros na cidade de Crato para não sofrerem a repressão policial, os terreiros tinham estratégias para saber quando tinham policiais por perto no momento que estava ocorrendo o trabalho religioso. Vó Maria do Espírito Santo fala que uma das estratégias principais era a proteção dos Orixás, as entidades avisavam que os “macacos do governo” estavam na área. Ela conta que se a polícia avistasse um terreiro em função, essa praticava uma violência brutal contra os (as) presentes e levava-os (as) à delegacia.

Diante do exposto acima, visualiza-se que o racismo religioso expressa essa violência brutal contra o povo de terreiro. Assim, o sentido é combater essas formas de violências. Em entrevista, Maria Isabel Galdino dos Santos nos diz que “Então era isso que a gente queria, era que os filhos da gente tivesse a liberdade de sair à rua com todos os seus paramentos e... até aí não tinha, a gente ainda sofreu” (entrevista concedida em outubro de 2020). Por conseguinte, a luta contra o racismo religioso é para garantir que esses acontecimentos acabem. A Caminhada pela Liberdade

Religiosa traz esse direcionamento, os povos de terreiro denunciavam esses episódios e apontam outras formas de pensar e agir nesse mundo.

Portanto, é essencial pensar uma educação que pautas as relações étnico-raciais, como aponta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007). Essa educação assume alguns princípios, são eles: percepção política e histórica da diversidade, consolidação de identidades e de direitos e intervenções que conduza ao combate ao racismo e a discriminação.

A noção histórica e política passa pela compreensão de que todo território brasileiro se constitui da cultura africana. Segundo Reginaldo Ferreira Domingos (2015), no século XVI inicia-se a incorporação em todo o Nordeste e, por conseguinte, na região do Cariri cearense, da mão de obra negra escravizada. No final do século XVIII, a maioria da população do estado do Ceará era negra, e no XIX já apresentava mais de 60%. Reginaldo Ferreira Domingos (2015) cita que em 1804 na Vila do Crato o total populacional era de 20.861, e de toda essa população 67,5% eram pretos e pardos, em que alguns eram livres e outros ainda se encontravam na situação de escravizados.

Nas terras cearenses, os colonos brancos tiveram dificuldades para instalarem-se por conta da resistência dos povos indígenas desse local. Reginaldo Ferreira Domingos (2015) relata que apenas em 1609 aconteceu dos jesuítas começaram a estabelecerem contato com os povos indígenas dessa localidade.

A população negra trazida para essa região trouxe as culturas de origem africana. “Pode-se, dessa forma, conjecturar que os princípios do Candomblé, na cidade de Juazeiro do Norte, e tendo em vista o grau de sua importância, tenham vindos em meio à mesma bagagem” (DOMINGOS, 2011, p. 99). A espiritualidade para os povos africanos é um dos principais pilares da vida. “No Brasil, na religião africana as alusões à natureza são simbolicamente cultivadas, as plantas são usadas para lavar, sacralizar os objetos dos rituais, purgar cabeça e corpo, curar doenças e afastar males” (DOMINGOS, 2011, p. 104).

Portanto, todo o Ceará, e, conseqüentemente, a região sul do Ceará, que é o Cariri, é constituído pela população negra. Em decorrência disso, a cosmovisão africana está presente nessa localidade. Essa cosmovisão se expressa nos terreiros. A Caminhada pela Liberdade Religiosa traz essa perspectiva.

Então assim, colocar a caminhada na rua requer um esforço muito grande de

todos os envolvidos, todos os terreiros envolvidos e eu tenho convicção que é uma grande estratégia antirracista da gente, é uma grande aula, é uma grande aula que passa todo ano nas ruas de Juazeiro, quiçá todas as cidades desse Brasil tivesse uma caminhada contra a intolerância religiosa, porque seria a oportunidade que o povo todo teria de ter uma aula a céu aberto, pelas ruas de cada, né? (Valéria Gercina das Neves Carvalho, entrevista concedida em outubro de 2020)

Na cidade de Juazeiro do Norte, essa localizada na região do Cariri cearense, há a forte presença de terreiros, como apontam Joselina Silva e Reginaldo Ferreira Domingos (2009), e alguns desses têm como lideranças as mulheres. Esses (as) mesmos (as) autores (as) colocam que as mulheres nas casas de candomblé na cidade de Juazeiro do Norte têm, em grande parte, os direitos iguais aos dos homens. É crucial a presença de lideranças femininas nos terreiros de candomblé na cidade de Juazeiro do Norte pelo motivo de essa cidade ser traçada por uma história que visibiliza apenas homens como líderes, é o caso do Padre Cícero, Floro Bartolomeu, entre outros.

Em vista do que foi colocado até aqui, todo o Ceará tem presença negra de forma expressiva. Na atualidade, a população negra é maioria em todo Ceará⁴. Consequentemente, as africanidades estão entrelaçadas na cultura de todo Estado.

A educação é um espaço que, historicamente, expressa as desigualdades da sociedade. Wanderson Flor do Nascimento (2015) trata da escola como sendo um espaço que muitas vezes perpetua ideias excludentes. E no Brasil, o poder público e governamental, desde o início da colonização portuguesa, é ligada à Igreja Católica, projetando em todas as esferas sociais, econômicas, políticas e educacionais a visão de mundo dessa religião. A Caminhada pela Liberdade Religiosa assumiu também outros movimentos que não acontecem somente na rua, mas em localidades que se abrem para a discussão do combate ao racismo religioso.

Então, desse tempo em diante, nós começamos a ir para as escolas... depois que começou a caminhada, nós íamos para as escolas, fazia, era eu e essa menina Herlania, fazia palestra nas escolas, fazia apresentação, entendeu? Começamos, isso foi uma coisa que foi ajudando a nós, foi acabando aquele preconceito que tinha com a gente e nós tivemos o direito de... se mostrar na rua o que nos era, né? (Maria Isabel Santos Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

No processo para consolidação da Caminhada pela Liberdade Religiosa de

⁴ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2018 registrou que o Ceará é composto por 5,3% de pretos, 67,5% de pardos e 28,2% de brancos.

cada ano, são realizados encontros em escolas, universidades, terreiros e em diversos espaços públicos que visam discutir a temática do racismo religioso a fim de fortalecer essa discussão para que desague na Caminhada pela Liberdade Religiosa. Na fala acima, Maria Isabel Santos Galdino (entrevista concedida outubro de 2020) nos conta isso. Assim, a Caminhada pela Liberdade Religiosa traça caminhos com ações educativas que irão se encontrar no dia oficial em que o movimento social sai na Rua São Pedro, na cidade de Juazeiro do Norte – Ceará. Portanto, é possível ver os desdobramentos da Caminhada pela Liberdade Religiosa.

A história brasileira é formada pela forte presença de outras direções espirituais que não são católicas, as religiões afro-brasileira mostram isso. No entanto, não é garantido para essas religiões o direito à liberdade de crença. Wanderson Flor do Nascimento (2015) discute que as experiências de marginalização vividas por alguns grupos na sociedade se refletem também no *chão da escola*, expressão freiriana que o autor utiliza no texto. As pessoas de religiões afro-brasileira fazem parte desses grupos que sofrem a tentativa de marginalização na sociedade e, conseqüentemente, no espaço escolar – apesar da escola, formalmente, ser laica. O autor enuncia que independente de todas as discussões conceituais que há em torno do conceito de laicidade, o que há em comum em todas essas discussões é que laicidade significa separação entre instituição e religiões.

A separação falada anteriormente, em termos práticos, não acontece. Como discorre Wanderson Flor do Nascimento (2015), o que acontece é a fusão entre religiões hegemônicas com os espaços educacionais. Inclusive, é utilizado do discurso da escola laica para negar as manifestações das religiões afro-brasileira no espaço escolar, colocando as religiões católicas e protestantes como uma verdade, não apenas como uma crença, sendo, portanto, apresentadas como as únicas religiões possíveis de adentrarem a escola.

Com essa direção, essa pesquisa vem discutindo aqui o racismo religioso e o combate a essa violência no âmbito educacional. O racismo religioso, pela óptica de Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017), classifica como as violências que sofrem as pessoas de religiões afro-ameríndia-brasileira. Essas violências advêm de uma estrutura, sendo essa estrutura o racismo. Como já mencionado, Sílvio Almeida (2018) discute que o racismo é uma estrutura, pois se expressa em todas as relações da sociedade.

No sentido de romper com essa estrutura; aqui, visualizamos que o campo

educacional é uma ferramenta possível para discutir essas questões e combatê-las. Para isso, como começo, é necessário garantir que a lei 10.639 (BRASIL, 2003) seja efetivada não por afinidade do (a) professor (a) com as questões afro-brasileira, mas por toda classe de professor (a) porquanto a lei é para ser atendida por todos (as).

O combate ao racismo religioso é uma situação urgente a ser combatida. Como a escola não tem avançado de forma rápida como pede a demanda, outras formas vão surgindo para garantir que essa violência finde. A Caminhada pela Liberdade Religiosa tem como uma das finalidades educar as pessoas cidadãos da região cariense no combate à essa violência.

E para ser efetivada a perspectiva de uma educação pautada no respeito às diversidades, é necessário o comprometimento educacional com a Lei 10.639. Pois, segundo anuncia uma matéria da Carta Capital (BASÍLIO, 2020), a lei 10.639 (BRASIL, 2003) ainda se encontra bastante em desconhecimento do professorado brasileiro. Ficando, portanto, a discussão acerca das culturas africanas no Brasil para o mês de novembro (mês da consciência negra). No entanto, o movimento negro e de terreiro reivindicam que cotidianamente essas questões sejam pautadas, pois o que acontece é uma falta de informação ou uma informação deformada e, a partir disso, gera as ideias e práticas que escancaram o racismo brasileiro.

A educação brasileira se constitui a partir de elementos que funcionam na direção de marginalizar as religiões afro-brasileira. Saviani (2007) expõe que no processo de colonização do Brasil há uma forte relação entre educação e catequese. E essa catequese cumpria a diretriz de tentativa de aculturação dos povos indígenas.

Esse processo histórico colonial brasileiro vai refletir na educação atual. Porquanto ainda carrega traços de uma educação que tenta marginalizar o que tiver relação com as culturas ameríndias e africana. O racismo religioso expressa essa tentativa de segregação. E a Caminhada pela Liberdade Religiosa traz outro prisma, a de romper com essa estrutura que assegura essas violências. Abaixo, Herlania Batista Galdino expõe como é crucial o impacto causado pela presença e visibilidade do povo de terreiro.

Muita gente diz: “para que ir com essas roupas?”, era para deixar todo mundo ir com a roupa que quisesse para a Caminhada e assim não é que seja impedido, é que nossas indumentárias que dá a nossa visibilidade dentro da cidade, é o choque que aquela sociedade teve e terá, e terá! Então esse processo educativo tinha que partir da gente, tinha que partir desse povo, e a gente foi sim em busca desse reconhecimento dentro da nossa sociedade e

de políticas públicas dentro desse Município. É difícil? É! Mas não é impossível, porque o povo se junta e o poder se espalha, então é nesse processo de embuto que nós estamos caminhando. (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

Saviani (2008), ao mostrar a trajetória histórica da educação brasileira, narra que por volta do século XIX nascem os sistemas nacionais de ensino. Nesse século, estava se consolidando a nova classe econômica-social mundial, nomeada burguesia. Portanto, nesse período o capitalismo se solidificou enquanto sistema econômico vigente.

A tarefa, no final do século XIX, era, portanto, constituir o Brasil como uma sociedade democrática, seguindo os rumos dos outros países da Europa, regida pelo capitalismo. A escola foi, nesse momento, o instrumento para consolidar essas questões.

Tratando do continente africano, no século XIX ainda vigorava nesse continente a colonização, sendo o lugar de exploração do capitalismo. Nesse continente, as culturas presentes carregavam uma forma de fazer educação que vai se traduzir nos terreiros de religiões de matriz africana no Brasil. Domingos (2011) afirma que há nos terreiros uma pedagogia, e essa pedagogia colabora na reestruturação do universo africano nesse país.

Enquanto a escola – nessa consolidação do ensino no século XIX – afirmava o olhar europeu, as religiões de matriz africana que eram reverenciadas pelos afro-brasileiros – que nesse momento alguns se encontravam escravizados, e outros estavam livres – traziam a dimensão da educação africana.

Essa educação é pautada, segundo Wanderson Flor do Nascimento (2015), na comunidade. Há no terreiro o respeito a hierarquia, e isso é traduzido no provérbio africano “só se levanta para ensinar, aquele que se sentou para aprender”.

Nesse sentido, enquanto a escola perpetua as ideias europeias, os terreiros trazem o legado africano. No entanto, a luta é para que a escola – espaço para toda sociedade – também garanta a forma de ver o mundo a partir da cultura africana. A negação às religiões afro-brasileira no espaço escolar é uma forma de marginalizar essa cosmovisão. E essa negação das religiões africanas no espaço escolar compõe uma estrutura que historicamente se forjou alicerçada na tentativa de marginalizar o que tiver relação com a população afro-brasileira.

No Juazeiro do Norte, visto que historicamente o espaço escolar não acolheu

efetivamente o sentido de uma educação antirracista, a rua apresenta-se como possibilidade para tratar dessa questão.

Então Juazeiro do Norte depois da Caminhada, depois desse processo ele muda, ele muda, porque depois que ele vê 02/03 pessoas de branco no centro eles sabem que são pessoas de santo né, quando eles observam hoje o ocã que hoje são indumentárias do laô quando sai dos nossos preceitos, que hoje graças a Olorum, a gente não precisa esconder né, quando a gente tem nossa liberdade de andar sem depender de um processo, como que eu falo disso, não esconder quando a gente está livre, quando a gente é a gente né, ser civil. É porque quando a gente está locada num processo de trabalho e a gente depende dele essas imposições de não usar é feita, infelizmente, ainda é feita, porque o professor que vai para sala de aula com o rosário não é discriminado, o Pai de Santo que vai com o seu mujebi é, entendeu? (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

No ano de 2015, Tory Oliveira escreve um texto para Carta Capital pautando que a escola é um dos espaços mais discriminatórios que as crianças de candomblé sofrem. Um dos relatos de uma criança de quatro anos de idade fala que a professora o chamou de diabo por pertencer a religião de candomblé. Esse é o retrato da educação brasileira.

Há o aparato educacional legislativo que é a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), em que garante a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio. No entanto, ainda não é efetivado de forma satisfatória, como já discutido anteriormente.

Para melhor efetivado, é necessário o comprometimento da educação brasileira com a lei, deve haver o cumprimento dessa. Essa lei é uma política pública voltada para a área educacional tendo a finalidade de contribuir para superação do racismo na sociedade brasileira e de valorizar as culturas africanas que fazem parte da constituição histórica brasileira.

Política pública, como discutem Reis, André e Passos (2020), é entendida como as ações do Estado voltadas a atender as demandas sociais, econômica e educacionais. As autoras trazem a discussão da descontinuidade das políticas públicas. Elas apontam que no Brasil, historicamente, existe o fato das políticas públicas voltadas para a educação serem modificadas rapidamente sem um tempo mínimo para aplica-las. No entanto, no caso da lei 10.639 (BRASIL, 2003), essa está em vigor desde o ano de 2003 e ainda continua sem ser aplicada em sua totalidade.

Tory Oliveira (2015) expõe que a educação tem assumido um discurso universalista, não pautando os conflitos étnicos-raciais. Assim, a escola inclina-se a

folclorizar as culturas negras e considerar que é suficiente pautar dessa forma as contribuições culturais que o povo negro lega ao Brasil.

Essa situação é reflexo da base histórica brasileira. Um país que foi moldado a partir da tentativa de apagamento dos povos indígenas e da escravização do povo negro.

Nessa perspectiva, as religiões afro-ameríndia-brasileira entram nesse contexto. Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017) discorre que as expressões culturais e religiões expressas pelo povo negro e indígena é visto, historicamente, como algo negativo. As pessoas brancas tentaram colonizar não apenas os corpos das pessoas negras e dominar os povos indígenas, mas também tentaram colonizar a espiritualidade desses povos. Houve, segundo a autora, uma imposição do cristianismo.

Em contraposição, os povos de terreiro do Cariri cearense, através da Caminhada pela Liberdade Religiosa, têm conduzido a luta pela liberdade de crença. Fator importante para avanço nessa sociedade.



Fonte: <https://twitter.com/midianinja/status/1087808347850584065?lang=ca>

E essa luta do povo de terreiro do Cariri cearense tem expressão no território nacional, sendo possível visualizar isso através da divulgação pela Mídia Ninja, que é uma mídia alternativa que busca levar informações para todo território brasileiro com o viés libertário, em vista que é importante essa repercussão quando procura-se combater essa violência que faz parte do cotidiano da sociedade brasileira. Na discussão traçada por Wanderson Flor do Nascimento (2017), o autor prescreve que existe perseguição até a atualidade às pessoas que vivem a africanidade a partir das Religiões de Matriz Africana. Essa violência é marcada pelo racismo religioso.

Destarte o racismo religioso tem composição no período colonial quando proibiam os povos negros e indígenas de manifestarem as formas de espiritualidades que têm. Nathalia Vínice Esgalha Fernandes (2017) relata que no século XVIII as manifestações religiosas africanas eram consideradas como feitiçaria.

Diante disso, faz-se necessário compreender que o Brasil tem uma história que reflete nas práticas atuais, essa história é delimitada pela marginalização e demonização das religiões que têm base afro-ameríndia-brasileira. O campo educacional não está isento dessas questões que permeiam a sociedade brasileira. Nesse espaço é reproduzido essas violências. Ao mesmo tempo que esse espaço pode caracterizar-se como combatente a essas violências, uma vez que assuma essa demanda como pauta.

Entende-se que a educação deve se constituir como um espaço que acolha as diversidades, como apontam os documentos das políticas educacionais. Portanto, é crucial que a formação do (a) professor (a) seja voltada a atender as demandas do povo de terreiro no sentido de romper com essa ilógica racista. Enquanto isso, os povos de terreiro traçam formas de combater essas violências.

A herança africana está constituída no Brasil. Quando as pessoas negras eram trazidas para o Brasil, também traziam as culturas e as formas de enxergar o mundo que tem base africana. É indispensável, portanto, que a educação considere as contribuições culturais que são de origem africana. A oralidade é, segundo A. Hampaté Bâ (2010), uma herança rica de conhecimento dos povos africano.

Na pesquisa realizada por Reginaldo Ferreira Domingos (2011), os terreiros têm uma forma de transmissão de conhecimento que também constitui um fazer pedagógico. O autor afirma que a pedagogia educacional de transmissão de conhecimento dos terreiros são formas de resistência a tentativa de manter vivas as culturas africanas no solo brasileiro.

Há na transmissão de conhecimento dentro dos terreiros os ensinamentos sobre os mitos e ritos de origem africana. Na escrita de Reginaldo Ferreira Domingos (2011), ele se refere a pedagogia da transmissão da religiosidade africana como sendo uma “pedagogia da construção e reatualização da identidade africana” (p. 129) no solo brasileiro.

O Candomblé ele é um processo de educação e hoje mais ainda, porém ele, o Candomblé, a Umbanda, ele começou para algumas famílias como um processo de sofrimento né, de sofrimento por essa sociedade que foi tão violenta com o nosso Sagrado. (Herlania Batista Galdino, entrevista concedida em outubro de 2020)

Decorrência do racismo estrutural é o racismo religioso. Reiteremos, portanto, que o racismo religioso se caracteriza como práticas que têm base nas distinções raciais que estão presentes no imaginário social brasileiro e, conseqüentemente, na vinculação negativa às práticas religiosas e culturais que têm relação com as africanidades.

Anterior a utilização do termo racismo religioso, utilizava-se intolerância religiosa. Esta pesquisa compreende que o termo intolerância religiosa não é suficiente para caracterizar as violências que sofrem os povos de terreiros. Pois, não se trata de uma prática isolada ou desvinculada de uma estrutura racista. As práticas de violências cometidas contra pessoas de credos afro-brasileiros têm total relação com a estrutura racista brasileira.

Wanderson Flor do Nascimento (2017) aponta que as violências em oposição as religiões de matrizes africanas se desenham com base em dois pontos, são eles: 1º colocam essas religiões como exóticas e demonizam-nas por não serem cristãs ou não estarem vinculadas a cultura europeia; 2º a estrutura racista, “por serem estas ‘religiões’ constituídas por pessoas negras e formadas por elementos africanos e indígenas” (NASCIMENTO, 2017, p. 53).

“As tradições de matrizes africanas vivenciadas nos terreiros envolvem um complexo modo de conservação, manutenção e transformação das heranças africanas aportadas no Brasil durante o processo escravagista” (NASCIMENTO, 2017, p. 53), conservando as culturas africanas, essas religiões caracterizam-se como patrimônio do povo negro. Conseqüentemente, as práticas de violências contra essas religiões têm relação direta com o racismo.

É insustentável que a discriminação com relação as religiões afro-brasileiras sejam apenas casos isolados e individuais ou no máximo fruto de fundamentalistas religiosos, pois se trata de uma expressão do racismo sendo necessário assumir que faz parte de uma estruturação maior da qual participa o próprio estado e suas instituições. (OLIVEIRA, 2017, p. 45)

Compreende-se que as violências sofridas pelas pessoas que são de religiões afro-brasileiras é o racismo religioso, pois esse se constitui como dispositivo para compreender a base histórica do Brasil que tem relação com uma estrutura racista. A Caminhada pela Liberdade Religiosa traz o holofote para essa questão do racismo religioso no Brasil, colocando em evidência que o povo de terreiro existe e deve ser respeitado.

As Religiões de Matrizes Africanas estão no território brasileiro desde que os povos negros foram trazidos para essa localidade. Mãe Carmem Prisco (2013) informa que em 1759, a língua portuguesa tornou-se o idioma oficial do Brasil, essa decisão foi motivada para tentar acabar com as línguas africanas e indígenas no território brasileiro. Foram as religiões de matriz africana que mantiveram o vocabulário de origem banto, preservando as culturas africanas.

Heranças da presença negra no Brasil, as Religiões de Matrizes Africanas (RMA), são um dos vetores mais importantes da preservação das histórias, das tradições, das culturas, dos valores, das crenças e das práticas de nossas/os ancestrais africanas/os trazidos para o Brasil durante o período escravagista colonial. (NASCIMENTO, 2015, p. 45)

No artigo publicado em A Cor da Cultura por Mãe Carmen Prisco (2013), traz informações acerca de manifestações religiosas que têm relação direta com as africanidades, são elas: Batuque, Candomblé, Cabula, Culto aos Egungun, Catimbó, Umbanda, Quimbanda, Xambá, Omolocô.

As religiões afro-brasileiras fazem parte da herança negra no território nacional, conservando a cosmovisão africana, “O primeiro elemento que constitui essa maneira de ver o mundo, essa cosmovisão, é a resistência” (NASCIMENTO, 2015, p. 49). Para esse trabalho religião afro-brasileira é compreendida a partir do olhar de Alexandre Magno Teixeira de Carvalho (2006):

Desse ponto de vista, as chamadas religiões afro-brasileiras podem ser pensadas como reinvenções das religiões negras que tiveram suas origens no contexto brasileiro da escravidão. Por esses motivos, parece-nos mais adequado usar o conceito de religião(ões) afro-brasileira(s), enquanto religião(ões) negra(s), de matriz(es) africana(s), forjada(s) no Brasil.

(CARVALHO, 2006, p. 187)

Alexandre Magno Teixeira de Carvalho (2006) traz uma discussão acerca do termo sincretismo, que é um termo que se reproduziu com relação as religiões afro-brasileiras. De acordo com ele, as religiões afro-brasileiras não são apenas, usando uma expressão do autor, uma “colcha de retalhos”, que é o que propõe a ideia de sincretismo entre o catolicismo e as religiões africanas.

Quando há a vinculação do sincretismo às religiões afro-brasileiras, o autor diz que se costuma relacionar os Orixás aos santos católicos como se houvesse um sincretismo afrocatólico. No entanto, apesar de terem sido utilizados os santos católicos para representarem Orixás no período escravagista, essa foi apenas uma estratégia de resistência da população negra, esses santos que representavam os Orixás tinham características das religiosidades africanas, portanto, o uso foi apenas das imagens dos santos, não alterando a simbologia negra.

O autor ainda diz que o sincretismo que ocorreu foi com relação às linhas espirituais africanas, pois os (as) africanos (as) de diversas culturas eram trazidos (as) para o Brasil e eram comercializados (as), muitos desses (as) que eram trazidos (as) que pertenciam a mesma cultura não eram vendidos (as) para o mesmo colonizador branco. Abaixo, o autor coloca de forma nítida essa discussão aqui traçada, elencando que as religiões afro-brasileiras se instituem desde o início da escravização negra no território brasileiro.

Chegando aos portos brasileiros, grupos e famílias submetidos ao mercado de compra de escravos sofriam novas separações; e novas separações, por sua vez, exigiam novos rearranjos, novas fusões, incrementando uma dinâmica religiosa sincrética. Pode-se presumir que estavam sendo lançadas, nesse período, as primeiras sementes do que hoje são chamados de mui genericamente, religiões afro-brasileiras. (CARVALHO, 2006, p. 191)

Assim, as religiões afro-brasileiras se constituem como resistência às práticas racistas, porquanto conservam as diversidades culturais africanas que foram trazidas pelos (as) africanos (as). Portanto, a população negra se organizou e se organiza na atualidade de diversas formas para combater o sistema racista. O movimento social é uma ferramenta utilizada como resistência para essa população.

A caminhada educa tanto, ela é tão educativa, é uma estratégia antirracista, ela é tão importante que no Juazeiro já foi criado um Conselho. Então, se já foi criado um Conselho é porque a própria, vamos dizer “gestão” né, entende

da importância desse povo. Agora se está acontecendo dentro do Conselho, se as demandas do povo de santo estão sendo contempladas como deveriam, aí já é uma outra história. Mas só de já ter um Conselho que trata dessas questões a gente já diz que avançou, mas que temos que caminhar muito tempo, porque hoje o que as crianças e os adolescentes e até os mais velhos passam dentro e fora não é de Deus não, a gente tem muito o que caminhar ainda pra dar valor ao que merece ser valorado. (Valéria Gercina das Neves Carvalho, entrevista concedida em outubro de 2020)

No ano de 2019 ocorreu a X Caminhada pela Liberdade Religiosa, sendo a última edição desde então. A caminhada de 2020 estava prevista para depois de fevereiro, no entanto em 16 de março de 2020 a pandemia do covid-19 se agravou e, com isso, deu início ao isolamento social. No ano de 2021 e 2022 prosseguiram com as recomendações de isolamento social. Mas, até o ano que foi possível ser realizada, a Caminhada pela Liberdade Religiosa mostrou-se como um movimento social com uma potência de educação para se efetivar cada vez mais o combate ao racismo religioso. A seguir, visualiza-se matérias jornalísticas que tratam desse último momento.

Fiéis de terreiros realizam 10ª Caminhada pela Liberdade Religiosa dia 21, em Juazeiro

by Gazeta do Cariri - 09:26:00 0 Comentários



Doné Herlania Galdino, líder religiosa e membro do Comitê

Impulsionador da Caminhada. FOTO: Alana Soares

Membros e fiéis de religiões de matriz africana realizam na próxima segunda-feira, 21, a partir das 15h, a 10ª edição da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, em Juazeiro do Norte.

O evento acontece anualmente, reunindo centenas de pessoas e cerca de 15 Terreiros de Umbanda, Jurema, Candomblé, entre outras religiões e simpatizantes, em cortejo pela rua São Pedro até a Praça Padre Cícero.

Nesta data é comemorado mundialmente o Dia da Religião. No Brasil, é marcado como o Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa, descrito na Lei nº 11.635/2007.



Badalo



X Caminhada pela Liberdade Religiosa reúne centenas de pessoas no centro de Juazeiro

22 de janeiro de 2019 10:00



Foto: Divulgação.



Fonte da imagem a esquerda: <http://www.gazetadocariri.com/2019/01/fieis-de-terreiros-realizam->

10.html

Fonte da imagem a direita: <https://www.badalo.com.br/featured/x-caminhada-pela-liberdade-religiosa-reune-centenas-de-pessoas-no-centro-de-juazeiro/>

Reginaldo Ferreira Domingos (2015) refere-se ao termo movimento social como plural, não encaixando-o em apenas uma via. O autor citado caracteriza o movimento social em três pontos: 1° Os indivíduos, apesar das diversidades de pensamento, se unem em prol de algo; 2° Uma reivindicação comum que movimenta esses indivíduos; 3° A vontade individual de movimentar-se por uma causa social que se fortalece pela relação com a dimensão do coletivo.

“Podemos firmar que movimento social não é simplesmente um conjunto de pessoas sem fim e sem objetividade, não é apenas e unicamente concentração de pessoas que desejam ‘vandalizar’, como é colocado no senso comum” (DOMINGOS, 2015, p. 188). Essa compreensão passa pela tentativa de criminalizar as organizações sociais que querem combater as desigualdades do país.

Reginaldo Ferreira Domingos (2015) direciona que o movimento social se caracteriza como uma atividade que tem um propósito. A Caminhada pela Liberdade Religiosa, que ocorre na cidade do Juazeiro do Norte – CE, nos termos desta pesquisa, configura-se como movimento social. Abaixo, o autor contribui com essa afirmativa anterior.

Em busca de construir a liberdade religiosa, o direito a igualdade e a diversidade, em termo étnicos-raciais. É esse contexto que surgem as caminhadas na cidade contra a intolerância religiosa e objetivando pôr em prática o que está em lei, mas que não é concretizada. (DOMINGOS, 2015, p. 191)

A educação não se limita ao campo escolar, “pensar a pedagogia, modo mais comum de vê-la, como algo somente da prática do professor é estreitar o conceito e as funções da pedagogia e negar todas as outras possibilidades abertas à atuação da mesma” (DOMINGOS, 2011, p. 120). E a educação estende-se também ao trabalho educativo das famílias. Abaixo, Maria Isabel Galdino dos Santos relata uma situação nesse sentido:

E nós começamos, nós tínhamos os netos, eu tinha meus netos, já comecei ensinar eles, olhe: Você nunca negue na escola o que você é, eu tenho minha neta mais velha que hoje é minha Ekedí. Aí ela chegou, ela estudava no particular, e essa escola era muito católica, aí quando foi um dia, eles

resolveram a fazer um trabalho com ela sobre o catolicismo, ela chegou e disse que não ia fazer porque ela não era católica e não ia mentir uma coisa que ela nem sabia o que é. Aí foi aonde a diretora me chamou, aí disse, aí disse a ela que Isadora tinha falado que não era católica. Nós somos de religião de matriz africana, a senhora tem alguma coisa contra? Ela disse: tive até hoje, a partir de hoje eu não tenho, que eu não sabia. Porque os próprios pais proibiam de o filho chegar na escola e dizer que o pai ou a mãe era de matriz africana, porque eles tinham medo do colégio não aceitar a criança. (Maria Isabel Galdino dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)

Assim, Reginaldo Ferreira Domingos (2011) direciona que para a pedagogia contemporânea são consideradas diversas formas do fazer pedagógico, não se limitando a questão técnica e metodológica. Esse mesmo autor contribui na direção de ajudar na compreensão do que é a pedagogia e a educação.

O autor citado no parágrafo acima – amparado em Libâneo (2002), Cambi (1999) e Gasparin (2005) – não se limita em compreender a educação e a pedagogia de forma simplista, na compreensão reduzida a educação seria a parte metodológica e a pedagogia a técnica de ensinar um conteúdo. Reginaldo Ferreira Domingos (2011) traz outra direção para compreender educação e pedagogia, “A pedagogia-educação está relacionada em um processo dialógico e dialético, como defende a teoria freireana, com o sistema, este apreendido como uma relação entre as partes e o todo” (DOMINGOS, 2011, p. 119).

Nesse trabalho, o autor acima trabalha na direção de trazer, nos termos que utiliza, a Pedagogia da transmissão da religiosidade africana, ou seja, a pedagogia de terreiro, visibilizando as pedagogias que a população negra formulou no decorrer da história do país. Abaixo, Jeruse Romão (2005) discute acerca da educação dos negros no Brasil:

É muito recente, por parte das instituições de educação e pesquisa, a preocupação com o tema da educação dos negros brasileiros. Parte da ausência desses estudos justifica-se, por um lado, pela carência de fontes, recurso central para a história e os historiadores e, por outro, pelo desconhecimento das abordagens e práticas educativas dos pesquisadores e movimentos sociais negros no país. (ROMÃO, 2005, p. 11)

Portanto, a população negra para garantir a formação cultural e intelectual utilizou de diversas ferramentas pedagógicas. Esta pesquisa investigou o potencial pedagógico no combate ao racismo religioso presente na Caminhada pela Liberdade Religiosa, como já caracterizada, essa é um movimento social dos povos de terreiros da região cariense do Ceará.

Mesmo a escola – legalmente – constituindo-se como laica, em termos práticos, isso não acontece. Nos espaços públicos escolares em grande parte estão presentes aspectos das religiosidades cristãs. Então, o movimento social acaba constituindo-se como dispositivo com eficácia no sentido de que dá abertura para tratar de forma direcionada a questão do combate ao racismo religioso.

Na escola, quando buscamos padronizar, homogeneizar, eliminar as diferenças, criamos um contexto feio, violento, mortificador. Exu está interessado na polissemia dos contextos, na pluralidade de caminhos e não na construção de um caminho único para que todas as pessoas percorram. (NASCIMENTO, 2015, p. 55)

Como dita a citação acima, o espaço escolar deve constituir-se como local de diversidades e assegurá-las. No entanto, como já foi dito, isso não ocorre. Dessa forma, a população negra utiliza de diversas ferramentas para tratar acerca do combate às violências que sofrem. Sueli Carneiro (2005) diz que:

Enquanto a escola oferece múltiplas formas de subordinação, assujeitamento e negação, é da força da auto-estima, do reconhecimento da própria capacidade de autonomia, dos exemplos no interior das famílias e dos raros profissionais negros com quem conviveram na infância, adolescência e juventude, bem como da conquista da memória coletiva – são desses elementos que se extrai a seiva da resistência. (CARNEIRO, 2005, p. 278)

A escola, como aponta a citação de Sueli Carneiro (2005), traz a dimensão da tentativa de exclusão da população negra desse espaço. E, como já dito, não é o único espaço formativo educacional, dessa forma, a população negra, historicamente, utilizou de várias formas para garantir a educação do seu povo. Reginaldo Ferreira Domingos (2015) traz a Caminhada pela Liberdade Religiosa como fundamental no combate às violências.

Logo, a saída é levar o conhecimento da cosmovisão africana ao restante da sociedade. Esse tipo de atitude traz à tona o quanto é importante, na construção social e cidadã, as religiões de matrizes africanas e que essas são, merecedoras de respeito incondicional. Atuando na expectativa do benefício comum da liberdade de culto e da valorização teológica sem distinção de origem. O movimento social das Caminhadas pela Liberdade Religiosa que ocorre em Juazeiro, nos últimos seis anos, busca mostrar para a sociedade a importância da religiosidade para a manutenção de um grupo. As identidades de grupos específicos são superadas e assumem um plano comum identitário e vários grupos e jovens compõem o movimento pela liberdade de religião. (DOMINGOS, 2015, p. 196-197)

Com essa direção, reafirmamos – a partir da fala abaixo da entrevistada Maria Isabel Galdino dos Santos (Mãe Maria) – a importância da Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – CE) no contexto da educação, sendo caracterizada como uma ação educativa voltada para romper com essa estrutura racista.

Alguém: - Quando a senhora desce ali na São Pedro a senhora sente o que? Que o povo fica ali assistindo nas calçadas.

Maria Isabel Galdino dos Santos: - Alegria. É aquela felicidade que a gente sente porque você dizer assim: graças aos meus encantos, aos meus orixás, eu venci. O que é o vencer? Não é o recurso, é o direito de nossos filhos o meu, de você dizer assim: eu posso chegar aqui, descer e não ser espancada, entendeu? Isso, eu levo isso dentro de mim, desde que eu comecei na religião era um dia eu ter esse direito, pena que quando eu vim achar eu já não era mais uma criança, demorei muito, mas eu consegui. (Maria Isabel Galdino dos Santos, entrevista concedida em outubro de 2020)

PARA NÃO FINALIZAR, POIS O MUNDO CONTINUA

As palavras “para não finalizar, pois o mundo continua” tirei-as de um texto de Wanderson Flor do Nascimento (2015). Caminhando para os pensamentos finais desse texto, mas que prosseguem noutros espaços.

Aqui, tentou-se trazer a perspectiva da formação docente voltada para compreender a importância das contribuições afro-ameríndias na constituição brasileira. Mostrou-se, portanto, uma perspectiva de atender as demandas do combate ao racismo religioso na área educacional.

O ambiente escolar trabalha não apenas o conhecimento em si, mas também a relação que as pessoas têm com esse conhecimento e com o mundo afora. Nessa perspectiva, é essencial que a escola se mostre como potência no respeito as diversidades. Quando tenta-se padronizar os pensamentos e as formas de enxergar o mundo no ambiente escolar, acaba-se criando um espaço que não garante as multiplicidades de estar no mundo.

Compreende-se que a escola deve cumprir com o papel de garantir as experiências e as histórias de vida dos (as) alunos (as) em suas diversidades. Criando, portanto, um ambiente acolhedor, respeitoso e criativo.

Como também foi possível constatar que outros espaços podem se caracterizarem como possibilidades para trabalhar o debate acerca do racismo religioso, e aqui foi apontado a Caminhada pela Liberdade Religiosa (Juazeiro do Norte – CE) como essa direção de se pensar a educação do movimento social. Pois esse movimento tem sido marcado pelo diálogo tanto com o poder público como com a população caririense em geral, dando repercussão para a questão central.

Ainda que esse país se configure como racista, é permitido visualizar que movimentos contra essa estrutura nas diversidades de espaços e de formas têm se constituídos e fortalecidos. E por conta disso, pode-se apontar que o debate acerca do combate ao racismo tem sido pautado e aguçado.

Aqui, mostrou-se a rua da cidade como potência pedagógica, pois apontou-se o protagonismo do povo de terreiro da região do Cariri cearense no combate ao racismo religioso no ambiente central da cidade. Como diz o provérbio africano: “Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá acompanhado”, o povo de terreiro está bem acompanhado, trazendo a potência do coletivo.

É nesse sentido que é possível visualizar outro formato de relações sociais, em que não sejam mais pautadas em discriminações, preconceitos e racismo. Portanto, todos os espaços devem se constituírem de ferramentas para pautarem

essas demandas.

O campo educacional deve apontar outros direcionamentos que não sejam pautados na exclusão. E, a começar pela escola, é imprescindível o sentido de garantir o respeito as diversidades. Nesse espaço tem-se uma diversidade de crianças e adolescentes que trazem variadas formas de enxergar o mundo, e a escola precisa ser esse espaço que acolhe essas variedades. Pois “o mundo é incompleto, por isso precisamos criar, lutar, caminhar. E isso se faz coletivamente.” (NASCIMENTO, 2015, p. 56).

A educação já dispõe – de forma legislativa – de dispositivos que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no ensino básico, são as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. É relevante, portanto, que essas leis sejam atendidas em toda educação nacional.

Sendo a escola um meio de convivências, para além dos conteúdos que são ensinados, as crianças e adolescentes nesse ambiente também aprendem como se conectarem consigo mesmo e com as pessoas ao redor. E, nesse conflito, o papel pedagógico tem potencial de se estabelecer como dispositivo para traçar uma convivência com as diversidades.

A história mostra que o racismo religioso prossegue tendo alicerces para continuar, mas também direciona que é possível outro formato de mundo. Por conta disso, as ferramentas que são possíveis para estabelecer essa direção, deve ser tomada como essencial. Já foram apontados o espaço escolar e a rua. Pois essas são grandes potências e isso é visualizado no âmbito dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sívio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte, Letramento: 2018.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, vol. 3, n. 5, p. 35-67, jan-jul/2009.

BASÍLIO, Ana Luíza. Quinze anos depois, Lei 10.639 ainda esbarra em desconhecimento e resistência. 12 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/quinze-anos-depois-lei-10-639-ainda-esbarra-em-desconhecimento-e-resistencia/> Acesso em: 30 de outubro de 2020.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Educação e religiosidades afro-brasileiras: a experiência dos candomblés. *Participação* n. 17.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília*.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339f.. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. O conceito de religião popular e as religiões afro-brasileiras: cultura, sincretismo, resistência e singularidade. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiarias*, v. 9, n. 15, jan./jun. 2006, p. 181-198.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Crônicas das Missões dos Jesuítas nas Selvas e Cidades do Ceará: entre o Padre Francisco Pinto na Ibiapaba Colonial e o Padre António Pinto no Baturité Republicano. In: Maria Juraci Maia Cavalcante, Patrícia Helena Carvalho Holanda, Antônia Regina Pinho da Costa Leitão, Zuleide Fernandes de Queiroz, José Edvar Costa de Araújo (orgs.). *Afeto, razão e fé: Caminhos e mundos*

da história da educação. Fortaleza, 2014. P. 41-59.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. Jeruse Romão (org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. P. 21-33.

Desigualdades raciais no brasil comprometem oportunidades de trabalho e desenvolvimento humanos. Nações Unidas Brasil, 07/05/2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/desigualdades-raciais-no-brasil-comprometem-oportunidades-de-trabalho-e-desenvolvimento-humano/>. Acesso em: 30/03/2020.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Pedagogias da transmissão da religiosidade africana na casa de candomblé labasé de Xangô e Oxum em Juazeiro do Norte – CE. 2011. 172f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Religiões tradicionais de base africana no Cariri Cearense: Educação, Filosofia e Movimento Social. 2015. 256f.. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana. Revista Calandu, v. 1, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 64° ed.. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 3° ed. Campinas – SP: Autores associados, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernade dos. Estrutura do projeto de pesquisa. In: Tatiana Engel Gerhardt, Denise Tolfo Silveira. **Métodos de Pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 65-87.

GOMES, Samara Calixto. "Quem faz parto é a natureza": Memórias de parteiras do Cariri, Ceará. 2016. 217f.. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, 2016.

História da Educação do Negro e outras histórias. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade**. 1º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2013.

IBGE: População negra é vítima de homicídio no Brasil. Exame, 13/11/2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/>. Acesso em: 12/02/2020.

KI-ZERBO, J. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 5 ed., São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Claudiene dos Santos. O racismo religioso na Paraíba. Guarabira: UEPB, 2012.

MENA, Fernanda; BORGES, Daniella. Racismo gera diferença salarial de 31% entre brancos e negros, diz pesquisa. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/racismo-gera-diferenca-salarial-de-31-entre-negros-e-brancos-diz-pesquisa.shtml> Acesso em: 19 de julho de 2021.

MOTTA, Aydano Andre; JACOBS, Cláudia Silva. País registra cada vez mais agressões e quebras de terreiros. Super Interessante, 02/02/2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/pais-registra-cada-vez-mais-agressoes-e-quebras-de-terreiro/>. Acesso em: 24/04/2020.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2005-2006.

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta contra o racismo**. In: Alexandra Flávia Bezerra de Oliveira, Cícera Nunes, Henrique Cunha Júnior, Maria Cecília Félix Calaça, Reginaldo Ferreira Domingos. Artefatos da cultura negra no Ceará – Formação de professores para a educação, cultura, histórica africana e afrodescendente. Curitiba, 2015. P. 11-25.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. As religiões de matrizes africanas, resistência e contexto escolar: entre encruzilhadas... Memórias de Baobá II. Adilbênia Freire Machado, Maria Kellynia Farias Alves e Sandra Haydée Petit (Organizadoras). Fortaleza, Imprece, 2015. P. 41-59.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. O fenômeno do racismo religioso: Desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. Revista Eixo. Brasília- DF, v. 6, n. 2, novembro de 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Flávia Bezerra de. Ensino de História e a Lei 10.639/03: reflexões e propostas de ensino. In: Alexandra Flávia Bezerra de Oliveira, Cícera Nunes, Henrique Cunha Júnior, Maria Cecília Félix Calaça, Reginaldo Ferreira Domingos. Artefatos da cultura negra no Ceará – Formação de professores para a educação, cultura, histórica africana e afrodescendente. Curitiba, 2015. P. 45-60.

OLIVEIRA, Ariadne Moreira Basílio de. Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso. 2017. 102f.. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Tory. As crianças do candomblé e a discriminação. 14 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/discriminacao-criancas-candomble/> Acesso em: 04 de novembro de 2020.

PAULINO, Nicolas. População declarada negra cresce no Ceará, mas índice é o menor do Nordeste, aponta IBGE. G1, 22/05/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/22/populacao-declarada-negra-cresce-no-ceara-mas-indice-e-o-menor-do-nordeste-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 09/06/2020.

Preconceito de fé. A escalada do racismo religioso no Rio. Oásis, 28/08/2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/oasis/preconceito-de-fe-a-escalada-do-racismo-religioso-no-rio>. Acesso em: 15/02/2020.

REIS, Adriana Teixeira; ANDRÉ, Marli E. A. D.; PASSOS, Laurizete Ferragut. Políticas de Formação de Professores no Brasil, pós LDB 9.394/96. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 32-52, jan./abr.2020.

Região Metropolitana do Cariri. Secretaria das cidades. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>. Acesso em: 17/06/2020.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de apoiadores**. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

ROMÃO, Jeruse. Introdução. Jeruse Romão (org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização

e Diversidade. 2005. P. 11-18.

SANTOS, Ana Paula dos. Educação escolas quilombola no Cariri cearense: Africanização da escola a partir de pedagogias de quilombo. 2018. 218f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Tradição Oral e Afrodescendência nas práticas de Ensino de História. In: OLIVEIRA, Alexandra Flávia Bezerra de; NUNES, Cícera; JÚNIOR, Henrique Cunha; CALAÇA, Maria Cecília Félix; DOMINGOS, Reginaldo Ferreira (orgs.). **Artefatos da Cultura Negra no Ceará – Formação de professores para a educação, cultura história africana e afrodescendente**. Vol. III. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 61-70.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

SILVA, Alda Fernanda Sodré Bayma. Liberdade Religiosa enquanto instrumento de luta no contexto de garantia das liberdades: uma análise histórica do desafio da guarda de um dia de descanso religioso e sua guarida à luz do Direito Internacional e Nacional. 2015. 101f.. Dissertação (Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2015.

SILVA, Joselina da; DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. As religiões afro-brasileiras na voz das mulheres lideranças em Juazeiro do Norte. Revista Tempo da Ciência, 1º semestre 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: Tatiana Engel Gerhardt, Denise Tolfo Silveira. **Métodos de Pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 31-43.

SOCIAIS, Estatísticas. PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago ed.. Salvador – BA. Fundação Cultural do Estado da Bahia: 2002.

SOUSA, Kássia Mota de. Entre a escola e a religião: Desafios para crianças de candomblé em Juazeiro do Norte. 2010. 145f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOUZA, Roberta. Força ancestral: dos 87 quilombos cearenses, 35 são liderados por mulheres. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/forca-ancestral-dos-87-quilombos-cearenses-35-sao-liderados-por-mulheres-1.2176582> Acesso em: 14 de novembro de 2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920.** Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 144-166, jul./dez. 2008.

TÁVORA, Fernanda; SOUSA, Jordan; LIRA, Pedro; SILVA, Vitória Régia da. Terreiros são alvo de intolerância religiosa e racismo no Brasil. Portal Aprendiz, 17/07/2019. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/17/terreiros-sao-alvo-de-intolerancia-religiosa-e-racismo-brasil/>. Acesso em: 23/03/2020.

VANSINA, J.. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África.** 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

VIANA, Paulo. A situação da população negra em tempos de pandemia. Disponível em: <https://radiopeaobrasil.com.br/colunistas/a-situacao-da-populacao-negra-em-tempos-de-pandemia/> Acesso em: 13 de novembro de 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS:

Objetivo Geral: Investigar o potencial educacional da Caminhada pela Liberdade Religiosa no combate ao racismo religioso, movimento social que ocorre na cidade de Juazeiro do Norte – CE.

1° Nome completo, idade, profissão e em qual cidade reside.

2° Falar sobre sua trajetória de vida com relação às religiões afro-brasileiras.

3° Você faz parte ou fez parte da coordenação da Caminhada pela Liberdade Religiosa? Se sim, no caso das pessoas que não fazem mais parte, por quanto tempo participou da coordenação? No caso das pessoas que estão na coordenação atualmente, há quanto tempo você está na coordenação da Caminha pela Liberdade Religiosa?

4° Como surgiu a Caminhada pela Liberdade Religiosa na cidade do Juazeiro do Norte, CE?

4° Qual é a finalidade da Caminhada pela Liberdade Religiosa?

5° A Caminha pela Liberdade Religiosa pode se caracterizar como uma forma de educar os cidadãos caririenses no combate às violências que sofrem os povos de terreiro? Se a resposta for sim, como?

APÊNDICE B

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Maria Imaculada Silva de Almeida, nº da identidade xxxxxxxxx, aluna do curso do Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da Universidade Regional do Cariri – URCA, estou realizando uma pesquisa intitulada Educação que rompe muros: Caminhada pela Liberdade Religiosa, Juazeiro do Norte – Ceará, que tem como Objetivo Geral: Investigar o potencial educacional da Caminhada pela Liberdade Religiosa no combate ao racismo religioso que ocorre na cidade de Juazeiro do Norte. Objetivos específicos: 1. Analisar o movimento social Caminhada pela Liberdade Religiosa no contexto da luta por direitos para as religiões de base afro-ameríndia no Cariri cearense, 2. Investigar a presença da educação no contexto do movimento religioso dos povos de terreiro do Cariri cearense no combate ao racismo religioso através do movimento social Caminhada pela Liberdade Religiosa, 3. Produzir uma cartilha que mostre a potência pedagógica dos terreiros e disponibilizar um recurso didático para se trabalhar a resistência das religiões afro-ameríndias-brasileira na cidade de Juazeiro do Norte.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: 1. Produção e qualificação do projeto de pesquisa, 2. Envio do projeto para o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Regional do Cariri, 3. Coleta de dados, 4. Produção do material didático, 5. Análise dos dados coletados, 6. Defesa da dissertação e apresentação do material didático produzido.

Por essa razão, o(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. Diante do atual contexto da pandemia do Covid-19, acatando as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS referente ao isolamento social, sua participação consistirá em participar de uma entrevista através da Plataforma Google Meet a qual será gravada, com data e horário previamente agendados, de acordo com a sua disponibilidade. Em que abordaremos o contexto da Caminhada pela Liberdade Religiosa no combate ao racismo religioso como um

dispositivo pedagógico. Como método alternativo, o(a) Sr.(a) poderá optar pela gravação via celular ou computador as informações solicitadas. O procedimento utilizado será um questionário com perguntas referente ao objetivo dessa pesquisa, podendo haver algum desconforto ao lembrar situações de racismo religioso já sofrido. O tipo de procedimento apresenta um risco MÍNIMO que será reduzido mediante a escuta ativa e acolhedora, em que o entrevistado responderá com o tempo necessário e respeitando os itens que não estiver em condições de emitir as informações solicitadas.

Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu – Maria Imaculada Silva de Almeida – serei a responsável pelo encaminhamento à assistência necessária decorrente do dano causado. A análise dos riscos segue as determinações das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Comitê Nacional de Saúde – CNS.

A pesquisa possui os seguintes benefícios: a temática possui relevância para o meio acadêmico, social e educacional, pois contribui na direção de auxiliar na efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, sendo geradora de informações que poderão ser utilizadas para debate e reflexões no sentido de combater o racismo na sociedade brasileira, além do produto educacional que se constituirá de uma cartilha pautando o combate ao racismo religioso.

Toda as informações que o(a) Sr.(a) nos fornece serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas serão confidenciais e seu nome não aparecerá no questionário e fitas gravadas, nem quando os resultados forem apresentados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso o(a) Sr.(a) aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a entrevista.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Maria Imaculada Silva de Almeida com o número de telefone xxxxxxxx nos seguintes horários: manhã e tarde. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

OU

Representante legal



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO E CESSÃO DE DIREITO DE EXIBIÇÃO DE
IMAGEM**

Eu, _____, com o número do CPF _____, autorizo a Sra. Maria Imaculada Silva de Almeida, com o CPF xxxxxxxxxxxx, a gravar em vídeo, imagens e os depoimentos, sendo permitida a veiculação nos meios de comunicação para fins didáticos e acadêmicos. Ficando autorizado também a cessão de direitos da veiculação das imagens e depoimentos.

_____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA

IMPRESSÃO DIGITAL

ANEXO

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação que rompe muros: Caminhada pela Liberdade Religiosa, Juazeiro do Norte - Ceará

Pesquisador: MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 41794920.0.0000.5055

Instituição Proponente: Universidade Regional do Cariri - URCA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.637.862

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa pretende investigar a Caminhada pela Liberdade Religiosa – movimento social que ocorre anualmente na cidade de Juazeiro do Norte (Ce) que é a articulação das religiões de matriz africana – como potência educacional no combate ao racismo religioso. Três conceitos são básicos nessa pesquisa: racismo religioso com o olhar de Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017), movimento social a partir da compreensão de Domingos (2015) e a compreensão de educação na perspectiva de Domingos (2011). Essa é uma pesquisa qualitativa, tendo como natureza a pesquisa básica e caracterizando-se como um Estudo de Caso na perspectiva interpretativa. O método utilizado para coleta de dados é a História Oral através da entrevista semiestruturada. Para as entrevistas, contará com a plataforma Google Meet. Após o procedimento de coleta, ocorrerão as transcrições das entrevistas. Em seguida, será feita a análise na dissertação. Paralelo as fases da apresentação do resultado de forma escrita, será realizado a confecção do produto pedagógico, esse será uma cartilha educacional contendo informações acerca do combate ao racismo religioso na educação. Portanto ao final serão apresentados o produto educacional e a dissertação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar o potencial educacional da Caminhada pela Liberdade Religiosa no combate ao racismo religioso, movimento religioso que ocorre na cidade de Juazeiro do Norte – CE.

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 4.637.862

Objetivo Secundário: Analisar o movimento social Caminhada pela Liberdade Religiosa no contexto da luta por direitos para as religiões de base afro-ameríndias no Cariri cearense; Investigar a presença da educação no contexto do movimento religioso dos povos de terreiro do Cariri cearense no combate ao racismo religioso através do movimento social Caminhada pela Liberdade Religiosa; Produzir uma cartilha sobre a Caminhada pela Liberdade Religiosa para mostrar a potência pedagógica dos terreiros no combate ao racismo religioso e disponibilizar um recurso didático para se trabalhar a resistência das religiões afro-ameríndias-brasileira na cidade de Juazeiro do Norte.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Desconforto ao lembrar situações de racismo religioso já sofrido, mas que será reduzido mediante a escuta ativa e acolhedora, em que o entrevistado responderá com o tempo necessário e respeitando os itens que não estiver em condições de emitir as informações solicitadas.

Benefícios: A temática possui relevância para o meio acadêmico, social e educacional, pois contribui na direção de auxiliar na efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, sendo geradora de informações que poderão ser utilizadas para debate e reflexões no sentido de combater o racismo na sociedade brasileira, além do produto educacional que se constituirá de uma cartilha pautando o combate ao racismo religioso.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ética e relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide capô de conclusões.

Recomendações:

Vide campo de conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Enviar ao Sistema CEP/CONEP o relatório parcial e final conforme as Resoluções 466/12 e 510/16.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1646916.pdf	30/03/2021 22:07:12		Aceito

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 4.637.862

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Maria_Imaculada. pdf	30/03/2021 22:04:29	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	30/03/2021 22:03:00	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/03/2021 21:39:39	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	Oficio_de_encaminhamento_de_protoco lo_de_pesquisa.pdf	23/12/2020 17:43:21	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	Uso_de_imagem_Valeria_Carvalho.pdf	23/12/2020 17:21:53	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	Uso_de_imagem_Maria.pdf	23/12/2020 17:19:11	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	Uso_de_imagem_Herlania.pdf	23/12/2020 17:17:35	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	Uso_de_imagem_Diego_Cesar.pdf	23/12/2020 17:11:20	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	23/12/2020 17:08:43	MARIA IMACULADA SILVA DE ALMEIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRATO, 08 de Abril de 2021

Assinado por:
cleide correia de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br